

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS (USP/FFLCH)
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

THIAGO RIBEIRO SILVA

COMERCIO LEGAL E ILEGAL DE ARMAS NO SUDÃO E SUDÃO DO SUL

São Paulo

2018

THIAGO RIBEIRO SILVA

COMERCIO LEGAL E ILEGAL DE ARMAS NO SUDÃO E SUDÃO DO SUL

Trabalho de conclusão de curso apresentado
ao departamento de geografia da Faculdade de
Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo, como requisito para a
obtenção do título de bacharel em Geografia.

Campo de Conhecimento:

Geopolitica

Geografia Humana

Orientador: Prof. Dr. André Roberto Martin

SÃO PAULO

2018

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catalogação na Publicação

Serviço de Biblioteca e Documentação

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Silva, Thiago
S586c COMERCIO LEGAL E ILEGAL DE ARMAS NO SUDAO E SUDAO
DO SUL / Thiago Silva ; orientador André Martin. -
São Paulo, 2018.
58 f.

TGI (Trabalho de Graduação Individual)- Faculdade
de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo. Departamento de
Geografia. Área de concentração: Geografia Humana.

1. Sudão. 2. Sudão do Sul. 3. Guerra Civil
Sudanesa. 4. Comércio de armas. I. Martin, André,
orient. II. Título.

SILVA, Thiago Ribeiro. Comércio legal e ilegal de armas no Sudão e Sudão do Sul. Trabalho de graduação individual (bacharelado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2018.

Aprovado em:

Banca Examinadora:

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

*“Erguemos os olhos para as mesmas estrelas, e
vemos coisas tão diferentes.”*

(G.R.R.Martin)

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Prof. Dr. André Martin pelo conhecimento e orientação nesse trabalho de graduação individual, sem as quais eu não conseguiria realiza-lo.

Agradeço a todos os meus professores da graduação, por todo o valioso conhecimento transmitido.

Agradeço a Andréa Filgas por todo apoio emocional e por toda a ajuda na realização desse trabalho. Seu companheirismo foi fundamental.

Agradeço aos varzeanos por estarem presentes nessa longa caminhada, sendo um dos presentes mais valiosos que a geografia me deu.

Finalmente, agradeço aos meus pais e minhas irmãs por todo amor e apoio ao longo de toda a vida. Vocês construiram o que tem de melhor em mim.

RESUMO

Esse trabalho visa compreender a relação entre o comércio de armas e a segunda guerra civil sudanesa. Será abordado a história do Sudão, os conflitos internos que culminaram em anos de guerra e o papel do comércio de armas na alimentação desse conflito. Além disso, será analisado o comércio de armas no mundo e as regras internacionais para esse comércio, incluindo os mercados negros e cinzas e como eles funcionam.

Palavras-chaves: Sudão, Sudão do Sul, Guerra Civil Sudanesa, comércio de armas.

ABSTRACT

This work aims to better understand the relationships between the world weapons market and the second Sudanese Civil War. The main topics addressed in this paper are: Sudanese history, the diverse internal conflicts that culminated in years of civil unrest and what role the international weapons Market had maintaining the conflict. In addition, international weapons Market and international regulations would be closely examined, including how black and grey gun´s markets work.

Keywords: Sudan, South-Sudan, Sudanese Civil War, Arms Industry.

SUMÁRIO

1	Introdução	11
2	Sudão e Sudão do Sul	12
3	Território e poder.....	25
4	Mercados legal de Armas.....	29
4.1	Armas e sua distribuição territorial	35
4.1.1	Gastos militares	36
4.1.2	maiores importadores e exportadores.....	37
4.2	O Comercio de Armas do Estado Sudanês	40
5	Mercado Ilegal de Armas	44
5.1	Diferenciação entre mercado negro e cinza	44
5.2	Transporte e distribuição.....	45
5.3	Legislação.....	47
5.3.1	Armas pequenas e armas leves	48
5.4	Mercado ilegal na segunda guerra civil sudanesa	51
6	Conclusão	53
7	Bibliografia	55

INDICE DE FIGURAS

FIGURA 1 BANDEIRA DO SUDÃO UTILIZADO ENTRE 1956 E 1970. FONTE: BANDIERE PASSATO E PRESENTE. SUDAN.	16
DISPONÍVEL EM: <HTTP://WWW.RBVEX.IT/AFRICAPAG/SUDANRB.HTML>. ACESSO EM: 26 AGO. 2018	16
FIGURA 2 BANDEIRA DO SUDÃO ATUAL. FONTE: BANDIERE PASSATO E PRESENTE. SUDAN. DISPONÍVEL EM:	
<HTTP://WWW.RBVEX.IT/AFRICAPAG/SUDANRB.HTML>. ACESSO EM: 26 AGO. 2018	17
FIGURA 3 BANDEIRA DO SUDÃO DO SUL. FONTE: BANDIERE PASSATO E PRESENTE. SUDAN. DISPONÍVEL EM:	
<HTTP://WWW.RBVEX.IT/AFRICAPAG/SUDANRB.HTML>. ACESSO EM: 26 AGO. 2018	21
FIGURA 4 ZONAS DE CONFLITOS NO SUDÃO DO SUL. FONTE: LE MONDE DIPLOMATIQUE. IRMÃOS INAUGURAIS NO SUDÃO DO SUL . DISPONÍVEL EM: <HTTPS://DIPLOMATIQUE.ORG.BR/IRMAOS-INIMIGOS-NO-SUDAO-DO-SUL/>. ACESSO EM: 06 OUT. 2018	23
FIGURA 5 MAPA DO SUDÃO. FONTE: FONTE: AFRICA TURISMO. MAPA DO SUDÃO. DISPONÍVEL EM: <HTTP://WWW.AFRICA-TURISMO.COM/SUDAO/MAPA.HTM>. ACESSO EM: 25 OUT. 2017.	24
FIGURA 6 MAPA DO SUDÃO DO SUL. FONTE: AFRICA TURISMO. MAPA DO SUDÃO DO SUL. DISPONÍVEL EM: <HTTP://WWW.AFRICA-TURISMO.COM/SUDAO/MAPA-SUDAO-SUL.HTM>. ACESSO EM: 25 OUT. 2017.	25
FIGURA 7 EXEMPLO DE UMA CURVA DE POSSIBILIDADES DE PRODUÇÃO PARA DOIS PRODUTOS (VINHOS E QUEIJOS)	31
FIGURA 8 DUAS CURVAS DE POSSIBILIDADE DE PRODUÇÃO, UMA ANTES E OUTRA APÓS O AUMENTO DE PRODUÇÃO DE QUEIJOS	32
FIGURA 9 GASTOS MILITARES AGREGADOS	37
FIGURA 10 PAÍSES QUE MAIS IMPORTARAM ARMAS ENTRE 2007 E 2016.	39
FIGURA 11 PAÍSES QUE MAIS EXPORTARAM ARMAS ENTRE 2007 E 2016.	40
FIGURA 12 MAIORES EXPORTADORES DE ARMAS PARA O SUDÃO (1983 -2011)	42
FIGURA 13 PAÍSES QUE ASSINARAM/RATIFICARAM O ACORDO DE COMÉRCIO DE ARMAS.	50

1 Introdução

Muitas vezes os noticiários mostram reportagens sobre apreensão de armas ilegais pela polícia, sendo que em muitos casos as armas tinham como destino grupos criminosos. Em 2017 a polícia civil do Rio de Janeiro apreendeu diversos fuzis no terminal de carga do Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro¹. Esses fuzis estavam escondidos dentro de aquecedores para piscinas. Muitas dessas armas passam desapercebidas, entre outros motivos, devido as diversas técnicas utilizadas para esconder as armas e por uma fiscalização insuficiente.

O comércio de armas, legal ou ilegal, permite que diversas pessoas ou grupos tenham acesso as armas de diversas categorias. Estima-se que 438 mil pessoas morreram por ano, entre 2007 e 2012, vítimas de armas de fogo em regiões que não estão envolvidas em conflitos armados (SUR CONECTAS, 2015).

Esses números nos ajudam a ver o impacto do comércio de armas para populações civis em regiões que não estão em guerra, mas qual é o impacto desse comércio para regiões que estão em guerra?

Esse trabalho procura mostrar os tipos de comércio de armas, qual o seu tamanho e qual o seu impacto em uma região em guerra. Para isso, buscou-se estudar os conflitos no Sudão, que passou por duas longas guerras civis que culminaram no surgimento de um outro Estado: o Sudão do Sul.

Primeiro buscou-se compreender as origens dos conflitos no Sudão, o desenrolar desses conflitos e o surgimento do Sudão do Sul. Em seguida, foi analisado o que é um Estado e sua necessidade pelo monopólio da força.

¹ GLOBO. *Polícia civil apreende 60 fuzis de guerra no aeroporto internacional do rio*. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/policia-civil-apreende-60-fuzis-de-guerra-no-aeroporto-internacional-do-rio.ghtml>>. Acesso em: 21 out. 2017.

Houve uma análise do comércio e o comércio de armas no mundo, procurando ver quais eram os países que mais compraram armas, os que mais venderam e aqueles com os maiores gastos militares. Houve também uma diferenciação do comércio em três categorias, branco, cinza e negro, e o papel dos brokers nessas transações.

Procurou-se ver como a comunidade internacional procurou regular o comércio de armas ao longo dos anos, buscando proibir ou dificultar o acesso a determinados tipos de armamentos, ou impedir que determinados Estados ou grupos recebessem armamentos.

Finalmente, buscou-se entender como o comércio de armas, legal e ilegal, e os conflitos no Sudão estão conectados, quem armava os diferentes atores desse conflito e com qual objetivo.

2 Sudão e Sudão do Sul

A complexidade do conflito Sudanês é o que faz dele um candidato ideal para a análise deste trabalho. As diferentes regiões afetadas e grupos participantes exemplificam as diversas formas que o mercado legal e ilegal de armas se cruzam no decorrer de um conflito. Entretanto, para que seja possível a compreensão por completo deste período é necessário entender o passado colonial e suas consequências na criação dos Estados sudanês e sul-sudanês.

O Sudão, que conseguiu a sua independência do domínio anglo-egípcio em 1956, é um país marcado por uma grande instabilidade política, passando por duas guerras civis: um conflito que começou antes da independência, entre 1955-1972, e outro entre 1983-2005 (BASHA, 2006).

Os dois países estão localizados em duas regiões diferentes da África segundo a ONU. Sudão localiza-se no Norte da África, enquanto que o Sudão do Sul está na região da África

Subsaariana. A África Subsaariana é dividida em outras subregiões, e o Sudão do Sul também pode ser classificado como um país da África Oriental².

Os dois Estados estão localizados na bacia do rio Nilo, um dos rios mais extensos do mundo. As águas do Nilo Azul e do Nilo branco se juntam em Cartum, formando o rio Nilo. A bacia hidrográfica do rio Nilo é extremamente importante para a agricultura.

O Sudão é um país com acesso ao mar Vermelho. Porto Sudão é a principal cidade portuária sudanesa, com a presença de refinaria de petróleo e aeroporto internacional, um importante ponto de acesso para o comércio internacional. Por outro lado, o Sudão do Sul é um país interior, sem acesso a mares ou oceanos.

² UN STATISTICS DIVISION. *Geographic regions*. Disponível em: <<https://unstats.un.org/unsd/methodology/m49/>>. Acesso em: 26 ago. 2018.

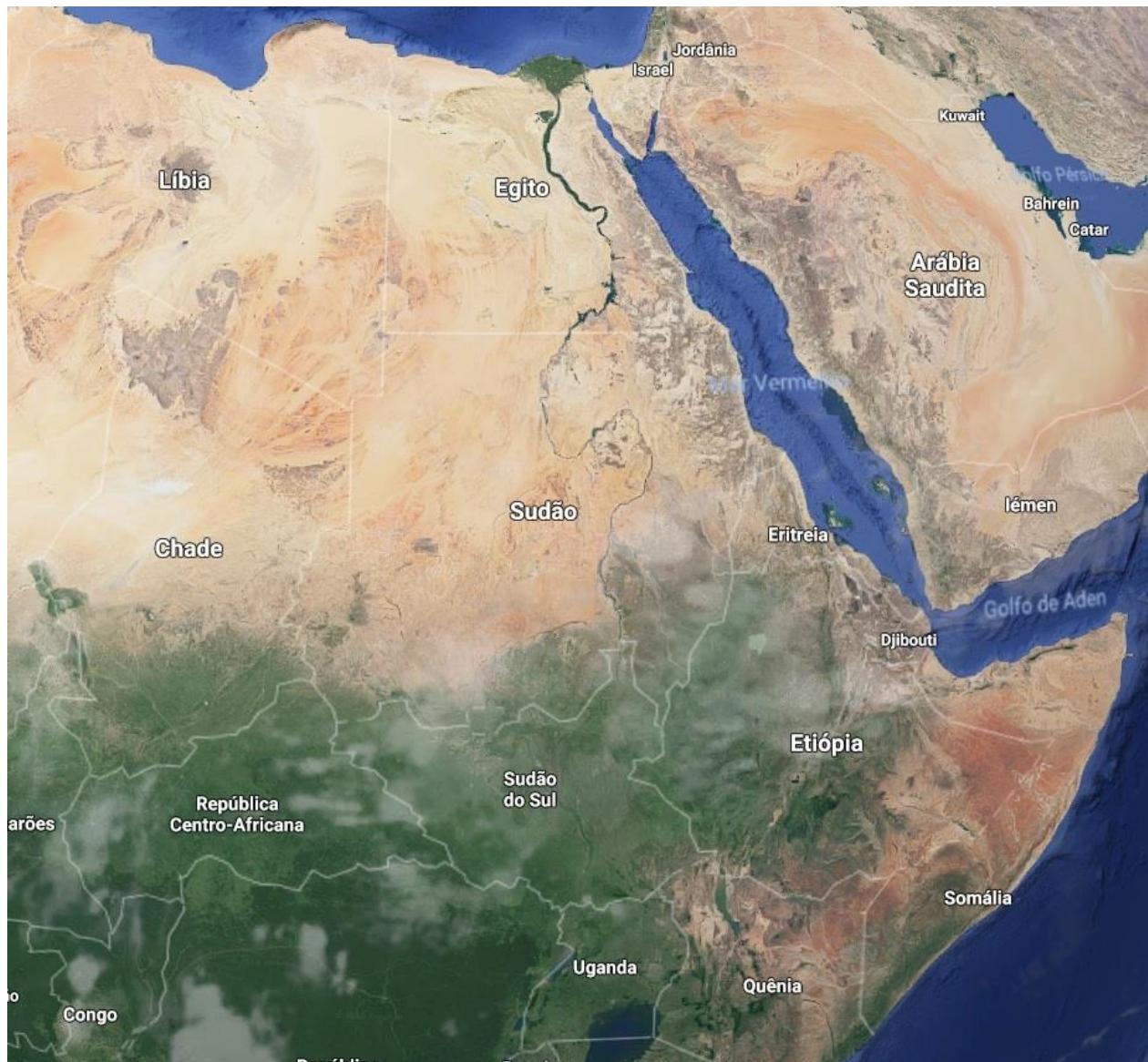


Ilustração 1 Imagem de satélite do Sudão e do Sudão do Sul. Fonte: Google

A história sudanesa e de seus conflitos é bem descrita por Sara Basha. Em seu texto “Sudanese Civil Wars: Multiple Causes, Multiple Parties – One ‘Comprehensive’ Agreement?” parte da coletânea *Peace in the Balance: The Crisis in Sudan*³ ela demonstra com clareza as forças que deram início aos conflitos da região.

³ BASHA, Sara. *Sudanese civil wars: multiple causes, multiple parties – one ‘comprehensive’ agreement? Peace in the balance - the crisis in sudan*, Institute for justice and reconciliation, n.11, p. 07-22, jan. 2006.

Segundo a autora, durante o domínio turco-egípcio (1820-1881) houve uma islamização e arabização do Sudão. Cartum, até então uma cidade ribeirinha, foi estabelecida como capital. A cidade, de maioria populacional árabe, comparada com o sul do país de maioria negra, ganha poder político e econômico, formando uma relação centro-periferia com o resto do país. A região onde hoje é o Sudão do Sul e a região de Darfur, no oeste, foram marginalizadas, enquanto Cartum e a região próxima do rio Nilo ficaram fortalecidas. Um exemplo dessa relação são os relatos de que o governo Turco-Egípcio forçou parte da população do norte a participar de movimentos para a captura de escravos no Sul (BASHA, 2006).

Após a transição do governo egípcio para posse britânica, essa a relação centro-periferia aprofunda-se. As autoridades que governavam durante o domínio turco-egípcio, famílias islâmicas influentes, são incorporadas aos órgãos burocráticos. Sistemas educacionais e de infraestrutura são construídos na região do rio Nilo, enquanto que as outras regiões esquecidas. A elite em Cartum, que tinham o domínio político e econômico, considerava-se superior em relação aos outros, principalmente aos habitantes do sul, dada sua linhagem árabe. Por outro lado, os sulistas viam os habitantes do norte como traidores, associando-os ao colonialismo Árabe-Britânico. (BASHA, 2006).

A elite de Cartum tinha acesso à melhor educação, controlavam as principais atividades econômicas e políticas. Essa desigualdade política, econômica e social entre o norte e o sul gerou uma grande animosidade e desconfiança entre as populações. Esse passado iria trazer grandes consequências para o Sudão independente (BASHA, 2006).

Durante o processo de independência do Sudão, essa desigualdade continuou. Os partidos do vale do Nilo, muitos deles ligados às principais famílias de burocratas do domínio Anglo-Egípcio, dominaram o cenário político. Os muçulmanos de Darfur (oeste), os não-muçulmanos do monte Nuba e sul da região do Nilo Azul, além dos cristãos e animistas do extremo sul, foram marginalizados politicamente (BASHA, 2006).

A bandeira do Sudão, que foi utilizada entre 1956 e 1970, tinha uma faixa azul, representando o rio Nilo, outra faixa amarela, representando o deserto, e uma terceira faixa verde,

representando as terras cultivadas. Essa bandeira procurava mostrar um caráter neutro, tentando se distanciar das tensões religiosas e étnicas⁴.



Figura 1 Bandeira do Sudão utilizado entre 1956 e 1970. Fonte: BANDIERE PASSATO E PRESENTE. Sudan. Disponível em: <<http://www.rbvex.it/africapag/sudanrb.html>>. Acesso em: 26 ago. 2018

A resolução de independência previa a formação de uma federação no Sudão, mas, na formação da constituição do novo Estado (onde dos 46 membros do Comitê de Constituição Nacional, apenas 3 eram do sul), essa proposta foi rejeitada. Iniciou-se, assim, a primeira guerra civil sudanesa, que durou de 1955 até 1972. A rejeição da formação de uma federação frustrou a população do Sul, Anyanya, um grupo sulista de ex-soldados sudaneses, e o Movimento de Libertação do Sudão do Sul (MLSS) lideraram uma luta pela autodeterminação, autonomia e, com sorte, secessão (STEVENS, 1976).

“The first civil war was a result of long-term economic, social and political injustices committed against the people of the south. Since the early days of Turko-Egyptian rule, the southern Sudanese had developed a strong African identity. Economic dominance by the northerners, along with subjugation by foreign traders and slavers, led to a general consensus that they were different. Consequently, the ‘south’ emerged as a political concept in opposition to the ‘north’, which was predominantly identified with Islam and an Arab culture.

⁴ BANDIERE PASSATO E PRESENTE. Sudan. Disponível em: <<http://www.rbvex.it/africapag/sudanrb.html>>. Acesso em: 26 ago. 2018

When Sudan moved towards independence, the reality of historical and cultural differences was acute.”⁵ (BASHAR, 2006, p.10 e p.11)

A própria bandeira do Sudão, adotada em 1970, mostra sua identidade árabe e muçulmana, diferente da identidade do sul. A bandeira do Sudão apresenta as cores vermelho, preto, branco e verde, as mesmas cores da revolta árabe que ocorreu durante a primeira guerra mundial. Essas cores estão presentes em muitas bandeiras de países árabes. A cor verde também é associada ao islamismo⁶.



Figura 2 Bandeira do Sudão atual. Fonte: BANDIERE PASSATO E PRESENTE. Sudan. Disponível em: <<http://www.rbvex.it/africapag/sudanrb.html>>. Acesso em: 26 ago. 2018

O Conflito chegou ao fim quando em março de 1972 o governo sudanês e o MLSS firmaram o Acordo de Addis Ababa, na capital da Etiópia. Esse acordo previa uma maior

⁵ “A primeira guerra civil foi resultado de injustiças econômicas, sociais e políticas de longo prazo, cometidas contra o povo do sul. Desde os primórdios do governo turco-egípcio, os sudaneses do sul haviam desenvolvido uma forte identidade africana. O domínio econômico pelos nortistas, juntamente com a subjugação por comerciantes estrangeiros e escravistas, levou a um consenso geral de que eles eram diferentes. Consequentemente, o “sul” surgiu como um conceito político em oposição ao “norte”, que foi predominantemente identificado com o Islã e uma cultura árabe. Quando o Sudão se mudou para a independência, a realidade das diferenças históricas e culturais era aguda.”(BASHAR, 2010, p.10 e p.11, tradução livre própria)

⁶ BANDIERE PASSATO E PRESENTE. Sudan. Disponível em: <<http://www.rbvex.it/africapag/sudanrb.html>>. Acesso em: 26 ago. 2018

autonomia da região Sul do Sudão, com uma eleição para a escolha de um conselho executivo que executaria políticas públicas locais (STEVENS, 1976).

Contrariando as esperanças de paz, em 6 de junho de 1983 o então presidente do Sudão, Yaffar al Nimeiry, decidiu dividir o sul em 3 regiões, rompendo com a autonomia que o Acordo de Adis Ababa previa. Como resultado, o Exército Popular de Libertação do Sudão (EPLS) e o Movimento de Libertação do Sudão do Sul (MLSS) anunciaram, no dia 31 de julho de 1983, a intenção de liberar toda a região sul do domínio do Sudão, iniciando assim um novo conflito armado, a segunda guerra civil sudanesa (BASHA, 2006).

O rompimento do acordo esteve ligado com a descoberta de petróleo no Sudão, sendo que 85% estava no Sul. Além de romper com a autonomia no sul, com o fechamento do parlamento autônomo de Juba e a abolição do governo local, também buscou-se desarmar os regimentos negros do exército.⁷ Essas medidas visavam enfraquecer o poder político e militar do sul e ter acesso a um importante e estratégico recurso econômico.

Do ponto de vista de um governante, principalmente governantes de países que não são democráticos, o acesso a um recurso valioso como o petróleo é muito importante para se manter no poder. Nenhum governante governa sozinho, nem mesmo líderes de regimes autocráticos. Para governar, o líder precisa do apoio de aliados, como chefes do exército ou da polícia, burocratas e líderes regionais. Para ganhar apoio desses apoiadores chaves, é necessário, entre outras coisas, de dinheiro (MESQUITA, 2011).

“...They may use it to benefit everyone, as is largely true for expenditures directed toward protecting the personal well-being of all citizens and their property. Much public policy can be thought of as an effort to invest in the welfare of the people. But government revenue can also be spent on buying the loyalty of a few key cronies at the expense of general welfare. It can also be used to promote corruption, black marketeering, and a host of even less pleasant policies.”⁸ (MESQUITA, 2011, p.11)

⁷ LE MONDE DIPLOMATIQUE. Nasce um novo país. Disponível em: <<http://diplomatique.org.br/nasce-um-novo-pais/>>. Acesso em: 12 ago. 2018.

⁸ “Eles podem usá-lo para beneficiar a todos, como é em grande parte verdadeiro para despesas direcionadas para proteger o bem-estar social de todos os cidadãos e suas propriedades. Muitas políticas públicas podem ser pensadas como um esforço para investir no bem-estar das pessoas. Mas a receita do governo também pode ser gasta em comprar a lealdade de alguns amigos chave às custas do bem-estar

Governos mais democráticos precisam de apoio de muito mais pessoas. Como precisa de apoio de muitas pessoas, o dinheiro é mais utilizado de maneira que atenda a maior parte da população, como investimentos em educação e infraestrutura. Os governos mais democráticos tendem a ser mais produtivos, e o governo consegue o dinheiro necessário a partir do imposto, que tende a ser menor do que em governos mais autoritários (MESQUITA, 2011).

Por outro lado, governos autoritários precisam de apoio de um grupo de aliados muito menor, sendo mais fácil utilizar o dinheiro diretamente com esse seletivo grupo. Os impostos são mais abusivos e a produtividade é baixa. Se a produtividade cair muito devido a inadimplência do governo com a população, os recursos para os aliados essenciais podem cair, e o líder do governo pode ser deposto (MESQUITA, 2011).

Recursos naturais como petróleo, ouro e diamantes são extremamente valiosos para um governante, principalmente em governos menos democráticos. Eles geram uma grande quantidade de riquezas para o governante e não dependem da produtividade da população do país. O petróleo, por exemplo, pode ser retirado por uma empresa estrangeira, sem a necessidade de investimentos em educação ou uma indústria nacional.

Os recursos de um país subdesenvolvido como o Sudão são escassos, a estratégia de isolar os governantes do sul pode fazer sentido na estratégia de agradar os aliados de Cartum, mas propicia o surgimento de um movimento contra essa política pelos líderes políticos da região prejudicada.

Outro motivo considerado como estopim da segunda guerra civil foi a implementação de sharia pelo governo sudanês. Isso atribui um caráter religioso ao conflito, pois o sul era em sua maioria, cristã ou animista. Essa política também desagradou parte da população do norte, que, somada com a intensa repressão e declínio econômico, levou a uma revolta popular que derrubou Nimeiry em abril de 1985 (EL-BATTAHANI, 2010).

Para entender melhor o mecanismo do conflito é necessário entender a estrutura do movimento separatista sudanês. O EPLS era um grupo militar, enquanto que o MLSS era o braço

geral. Também pode ser usado para promover a corrupção, o mercado negro e uma série de políticas ainda menos agradáveis." (MESQUITA, 2011, p.11, tradução livre própria.)

político de um mesmo movimento. O EPLS tem sua origem em um grupo que se intitulava Anyanya II que se formou em dezembro de 1983 em resposta à opressão islâmica na região. Em sua criação o objetivo primordial do grupo não era de formação de uma agenda nacional nem possuía uma energia revolucionária, mas foi criado por raiva ao regime nortenho e retribuição aos ataques árabes (METELITS, 2004). O EPLS conseguiu unificar diversas tribos, mantendo um foco na luta contra o norte.

Peter Nyaba argumenta que a criação do movimento EPLS ocorreu de forma espontânea (NYABA, 1997), mas Metelits afirma que mesmo assim houve desde sua gênese um objetivo nas ações do EPLS: a criação de um “novo” Sudão, um país estruturado com base tanto na diversidade como nas semelhanças das diferentes culturas do país (METELITS, 2004).

Durante a guerra civil, a liderança do EPLS estava na mão do grupo étnico Dinka, que conseguia neutralizar violentamente o surgimento de novas lideranças proveniente de outros grupos. Riek Machar, que é do grupo étnico Nuer, acusou o EPLS de se tornar um grupo ditatorial e saiu do grupo. Machar e seus aliados se juntaram ao governo de Cartum, abandonando-os posteriormente, voltando a ser oposição contra o norte. Ele formou o Front Democrático Popular do Sudão (Sudan People’s Democratic Front) e o Força de Defesa Popular do Sudão (Sudan People’s Defense Force). (METELITS, 2004).

A guerra se arrastou por muitos anos, com milhões de mortes. Com a perspectiva de que o conflito não poderia ser resolvido pelas vias militares, a diplomacia foi a saída para terminar com a guerra. Diversas reuniões entre Cartum e o MLSS culminaram no Acordo de Naivasha, também conhecido como Amplo Acordo de Paz, que dava maior autonomia para o sul e terminava com a guerra (SCHUMANN, 2010).

O acordo previa também um referendo sobre a autodeterminação do Sul, depois de um período de 6 anos e meio de transição. Houve um acordo de partilha dos dividendos do petróleo, que foi respeitado. Foi aprovado, em 2011, um referendo para a independência do sul, formando

o atual Sudão do Sul. O referendo ocorreu sem nenhum incidente, e foi reconhecido pelo governo do Sudão⁹.

A bandeira adotada pelo Sudão do Sul possui 3 faixas horizontais, separadas por pequenas faixas brancas. A cor preta representa a população negra do Sudão do Sul, a cor vermelha representa o sangue das pessoas que lutaram e morreram, o verde representa o potencial agrícola do país, e as faixas brancas representam a paz buscada por diversas pessoas que morreram no conflito. Além disso, a bandeira possui um triângulo azul com uma estrela amarela dentro. O azul representa o rio Nilo, enquanto que a estrela amarela representa a unidade do país¹⁰.

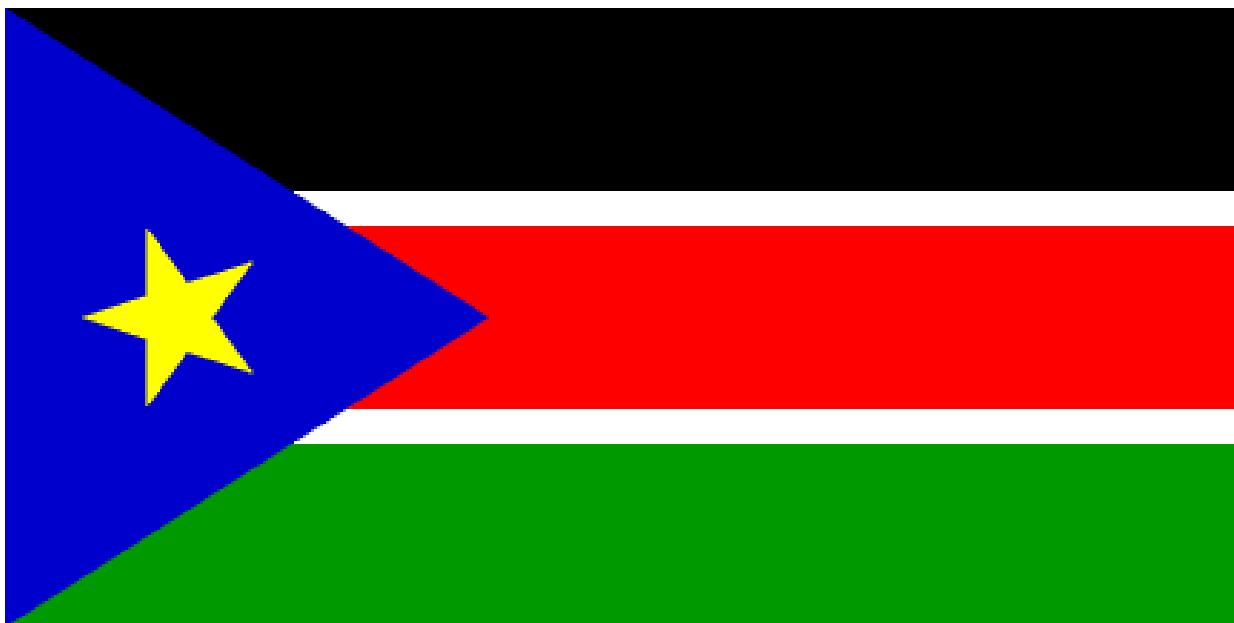


Figura 3 Bandeira do Sudão do Sul. Fonte: BANDIERE PASSATO E PRESENTE. Sudan. Disponível em: <<http://www.rbvex.it/africapag/sudanrb.html>>. Acesso em: 26 ago. 2018

O acordo de Naivasha acabou com a guerra entre Sudão e a região sul, hoje independente. Porém, ainda existem conflitos nesses 2 países. Existe um conflito étnico entre os Dinka e os

⁹ LE MONDE DIPLOMATIQUE. Nasce um novo país. Disponível em: <<http://diplomatique.org.br/nasce-um-novo-pais/>>. Acesso em: 12 ago. 2018.

¹⁰ BANDIERE PASSATO E PRESENTE. Sudan. Disponível em: <<http://www.rbvex.it/africapag/sudanrb.html>>. Acesso em: 26 ago. 2018

Neur no Sudão do Sul¹¹. No Sudão o conflito se dá na região de Darfur, oeste do país e nos estados do Nilo Azul e Cordofão do Sul (Small Arms, 2014).

O conflito entre o Sudão e tropas do Exército Popular de Libertação do Sudão do Norte (EPLS-N), aliados do EPLS, mas separados formalmente do governo de Juba, começou em junho de 2011, durante o preparativo da secessão do Sudão do Sul. Tropas do Sudão invadiram Cardofão do Sul, local ocupado pelo EPLS-N. Pouco depois o conflito se espalhou para a região do Nilo Azul. Essas duas regiões ao norte da fronteira do Sudão do Sul¹².

Enquanto isso, conflitos internos dentro do Sudão do Sul desestabilizam o novo país. Após a independência, Salva Kiir, da etnia dinka, tornou-se presidente, e Riak Machar, da etnia nuer, vice-presidente. Em 2013, durante o preparativo para novas eleições, conselheiros dinkas de Kiir reprovaram os novos dos candidatos, que incluia o vice-presidente Machar, e o Pagan Amum, da etnia shilluk e secretário-geral do EPLS. Houve, no dia 15 de dezembro de 2013, uma tentativa de desarmar os soldados nueres, resultando em um massacre em Juba. Os nueres do interior do país se rebelaram, liderados pelo Machar. Outros grupos étnicos também se rebelaram contra o governo de Juba, espalhando a guerra no novo país¹³.

¹¹ GLOBO. Sudão do sul: como o país mais novo do mundo mergulhou no caos de guerra e fome . Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/sudao-do-sul-como-o-pais-mais-novo-do-mundo-mergulhou-num-caos-de-guerra-e-fome.ghtml>>. Acesso em: 24 jun. 2018

¹² LE MONDE DIPLOMATIQUE. Civis esmagados pelo domínio sudanês. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/civis-esmagados-pelo-conflito-sudanes/>>. Acesso em: 06 out. 2018

¹³ LE MONDE DIPLOMATIQUE. Irmãos Inaugurais no Sudão do Sul . Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/irmaos-inimigos-no-sudao-do-sul/>>. Acesso em: 06 out. 2018

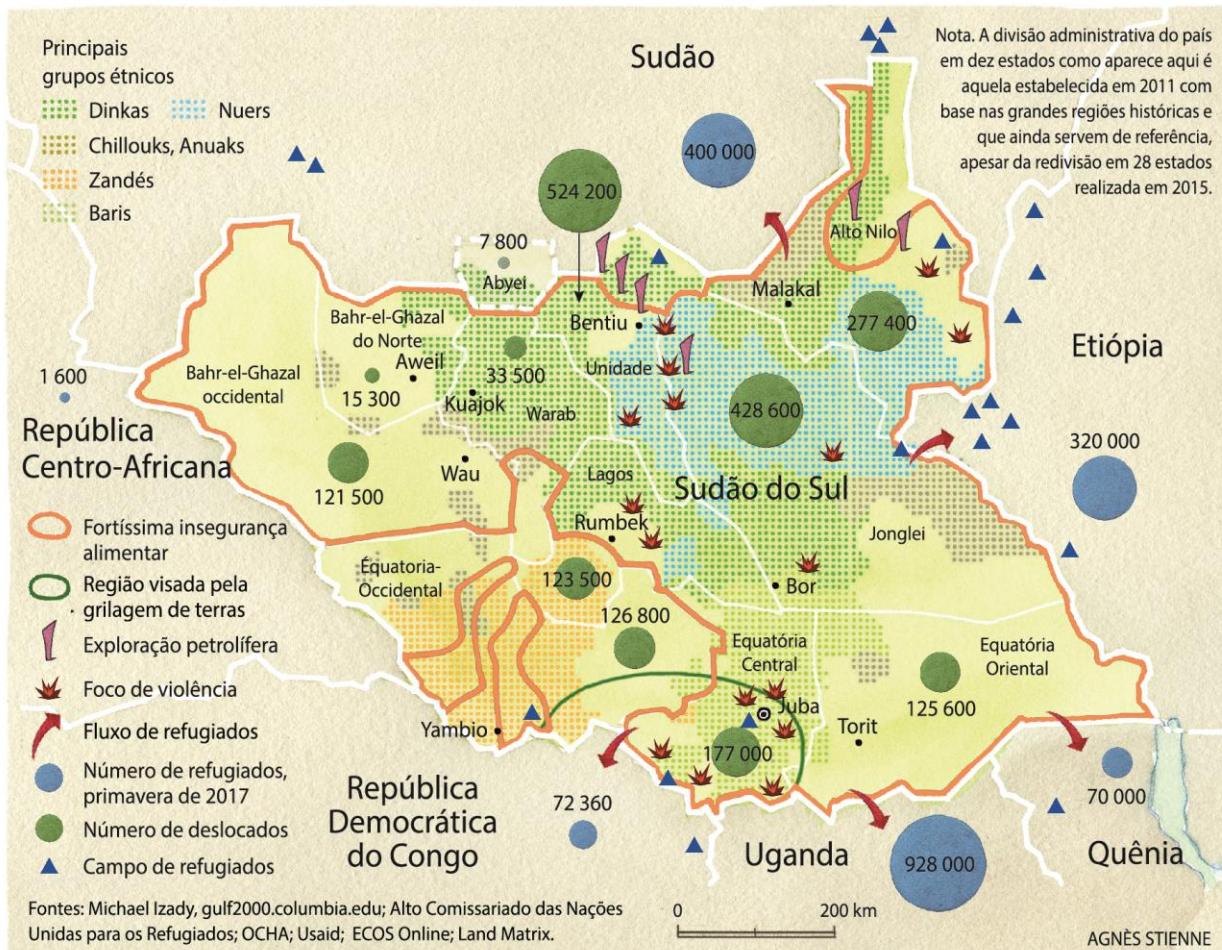


Figura 4 Zonas de conflitos no Sudão do Sul. Fonte: LE MONDE DIPLOMATIQUE. Irmãos Inaugurais no Sudão do Sul . Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/irmaos-inimigos-no-sudao-do-sul/>>. Acesso em: 06 out. 2018



Figura 5 Mapa do Sudão. Fonte: [AFRICA TURISMO. Mapa do sudão. Disponível em: <http://www.africaturismo.com/sudao/mapa.htm>](http://www.africaturismo.com/sudao/mapa.htm). Acesso em: 25 out. 2017.



Figura 6 Mapa do Sudão do Sul. Fonte: AFRICA TURISMO. Mapa do sudão do sul. Disponível em: <<http://www.africaturismo.com/sudao/mapa-sudao-sul.htm>>. Acesso em: 25 out. 2017.

3 Território e poder

A segunda guerra civil sudanesa, assim como diversos outros conflitos, se desenvolve com o objetivo de adquirir ou aumentar o poder político em um determinado território. Como foi discutido acima, os combatentes do EPLS queriam autonomia da região sul, que se tornou mais tarde o território do Estado do Sudão do Sul. É necessário, então, discutir o que é um estado em si.

Friedrich Ratzel, importante geógrafo alemão, aborda a influência da natureza sobre o homem e a sociedade. Segundo ele, a sociedade utiliza os recursos da natureza para a sua sobrevivência, ela precisa do solo para atender as suas necessidades de moradia e alimentação. Quanto maior o desenvolvimento da sociedade, maior quantidade de recursos necessárias e maior a relação com a natureza (MORAES, 2005).

Como o território, para Ratzel, representa as condições de trabalho e existência de trabalho para uma sociedade, o progresso leva a necessidade de novos territórios, enquanto que a perda de território demonstra o enfraquecimento dessa sociedade. O autor irá chamar de “espaço vital” o território necessário para uma sociedade suprir suas necessidades (MORAES, 2005).

Ratzel entende que o estado é o fruto de uma população que se apropria do solo e nele se fixa, explorando suas “potencialidades territoriais”. O autor enxerga que o estado concentra todo o poder em si, não havendo espaço para disputas entre o mesmo e outros atores internos (RAFFESTIN, 1993, p. 13).

As guerras civis sudanesas nos mostram que é possível uma disputa interna dentro do Estado. Essa disputa foi forte e bastante para dividir o Estado em dois. As potencialidades territoriais do norte e do sul foram exploradas de maneira distinta ao longo do tempo, acentuando as diferenças dentro daquele Estado.

Os recursos de um território são muito importantes para a população e o Estado que usufruem dele. A região sul do Sudão possuía muitos recursos que eram caros para o governo sudanês, como o petróleo por exemplo. Manter o controle sobre esse território era fundamental para os interesses de Cartum, enquanto que a população do sul estava lutando para ter autonomia sobre aquele território. A longa período de guerra foi uma forma de disputa sobre aquele território.

Já na geografia sec. XX de Raffestin, o autor considera que, nas sociedades modernas pós revolução francesa, para a consolidação do estado é necessário um tripé primordial: população, território e autoridade (RAFFESTIN, 1993). Ou seja, é a população que está instalada em um território exercendo a sua soberania.

A autoridade que uma população exerce sobre o território pode ser exercida de diversas formas: uma federação, um governo unitário, entre outros. A história do Sudão foi marcada por divergências internas sobre como se exerceria essa autoridade. A concentração de poder em Cartum, por exemplo, desagradava a população do sul. O federalismo proposto pelo sul não agradava outros setores da sociedade sudanesa.

Há diferença entre o espaço e território. O espaço é considerado anterior ao território preexistente a qualquer ação. Por sua vez, o território é o espaço onde foi projetado um trabalho, é uma produção a partir do espaço. “O espaço é a “prisão original”, o território é a prisão que os homens constroem para si.”. (RAFFESTIN, 1993, p. 144)

Raffestin expõe que a transformação do espaço por um ator sintagmático irá criar territorialidade. Os atores sintagmáticos podem ser o estado, os indivíduos, as empresas e organizações, todas elas produzindo o território, em menor ou maior grau.

Por mais que Ratzel não conhecesse o conceito de Estado totalitário como ele é descrito hoje, suas teorias foram essenciais na formação de estados totalitários. Assim, Raffestin afirma que a geografia política do século XX, de maneira geral, foi uma geografia de Estado unidimensional, sendo o fato político uma expressão do Estado. Porém, o fato político está em toda a sociedade, e o Estado tem diversos conflitos e oposições internas (RAFFESTIN, 1993).

“[...] Admitimos que há poder político desde o momento em que uma luta contra a entropia que a ameaça de desordem. Esta definição, inspirada em Balandier, nos faz descobrir que o poder político é congruente a toda forma de organização. Ora, a geografia política, no sentido estrito do termo, deveria levar em consideração as organizações que se desenvolvem num quadro espaço-temporal que contribuem para organizar ou... para desorganizar.” (RAFFESTIN, 1993, p.17-18)

A geografia entendida por Raffestin será a geografia do poder, e não a geografia de Estados. O poder estará disperso na sociedade, sendo que o Estado está repleto de conflitos internos, mesmo sendo triunfante. Todos os atores criam diferentes territorialidades, diferente da visão do Ratzel, onde o Estado é o único núcleo de poder.

A visão de poder de Raffestin tem como principal referência o Michel Foucault. Para Foucault, o poder não vem apenas das instituições. O poder é produzido nas relações, em todos os

momentos. O poder se exercita nas relações, está presente nos aparatos de produção, nas famílias, nas instituições, nas relações sociais conflituosas e heterogêneas (SAQUET, 2013).

As relações dentro do Sudão, ao longo de toda a história é uma também é uma relação de poder. O poder esteve presente tanto nas relações entre o estado, as instituições e a população, durante os períodos de dominação estrangeira como no período independente, assim como as relações de resistência e de conflito. Essas relações de poder são fundamentais no processo de efetivação do território.

Se usarmos a definição adotada de Raffestin, temos uma estruturação de estado baseada em poder, podendo adicionar a este o conceito que Weber introduz sobre o estado sendo a relação de homens dominando homens, a partir da violência legítima. Para Weber, o Estado moderno é definido pelo uso específico peculiar da força física, sem o qual ele deixaria de existir, havendo apenas a anarquia. O Estado, assim, precisa manter o monopólio do uso legítimo da força dentro de seu território (WEBER, 1982).

Os diferentes atores que produzem as territorialidades irão encontrar o seu limite no poder de coerção do Estado. Entretanto, com o comércio legal e ilegal de armas, o monopólio da violência pelo estado não fica consolidado. Entende-se que o monopólio da violência do Estado fica abalado, abrindo espaço para que outras forças possam surgir e rivalizar com o mesmo.

Ao analisarmos o caso da construção do estado sudanês vemos os problemas na sua estrutura começam em sua fragilidade sobre o “Tripé primordial” de Raffestin.

A região sudanesa comporta, desde antes da formação do estado do Sudão, um grupo muito diverso de populações, como no caso dos árabes muçulmanos de Cartum comparado aos negros cristãos da periférica região sul. Essa diversidade populacional produziu diferentes territorialidades ao longo do tempo. Durante o processo de independência, a região sul queria mais autonomia política com a formação de uma república, o que Cartum não estava disposto a ceder, dando início a primeira guerra civil sudanesa (BASHA, 2006).

A guerra foi a luta de parte da população periférica que estava insatisfeita com a autoridade do recém formado Sudão. A autoridade do governo de Cartum, suas instituições e as

diversas relações históricas e presentes culminaram em uma relação de poder heterogênea, efetivando um território conflituoso, com um Estado instável.

Esse Estado, por sua vez, precisava garantir o monopólio da força para manter a integridade de seu território. Para que isso fosse possível, sua força militar deveria ser superior contra os grupos opositores (EPLS, por exemplo), mas esses grupos estavam conseguindo adquirir armas para lutar na guerra. O acesso a essas armas foi decisivo no desenrolar do conflito, culminando com a independência do Sudão do Sul.

4 Mercados legal de Armas

A manutenção do monopólio sobre a força do estado sudanês, ou a falta dela, é o ponto de estudo principal deste trabalho. Como vimos no capítulo anterior, há necessidade de se garantir o monopólio da força para manter a autoridade sobre um território e população. Cada Estado elabora leis sobre o comércio de armas, assim como a comunidade internacional também estabelece regras sobre o comércio de armas entre diversos Estados¹⁴. Uma questão importante que precisa ser respondida é porque as pessoas fazem comércio com outras pessoas. Ou então, porque existe comércio entre diferentes Estados.

O economista John Taylor explica que a economia procura estudar o comportamento das pessoas diante da escassez. Como os recursos são finitos, sejam os recursos naturais, o dinheiro que temos, o tempo disponível para realizar alguma tarefa, a quantidade de fábricas em uma região ou o número de pessoas disponíveis a trabalhar nessas fábricas, não podemos comprar ou produzir tudo aquilo que queremos¹⁵.

¹⁴ Mais informações sobre as leis internacionais de transferência de armas serão vistas no capítulo 6.

¹⁵ TAYLOR, John B. Princípios de microeconomia. 1 ed. São Paulo: Ática, 2007

Diante dessa escassez, indivíduos ou governos precisam fazer escolhas. Alguns exemplos de escolhas: um estudante pode escolher se irá passar a tarde do domingo estudando ou se divertindo com os amigos, um consumidor pode escolher se irá gastar uma porção do seu dinheiro para comprar laranjas ou maças, um produtor pode escolher se irá produzir vinho ou queijo e um governo pode escolher se irá usar recursos do Estado investindo em infraestrutura ou subsidiando algum setor industrial.

Essas escolhas trazem consigo o chamado custo de oportunidade. Taylor explica que o custo de oportunidade é o “valor da próxima melhor alternativa descartada porque se optou por outra” (TAYLOR, 2007). Ou seja: se uma pessoa escolhe comprar um pacote de maças, o custo de oportunidade dessa escolha é deixar de comprar um pacote de laranjas. Se um produtor decide produzir vinho, o custo de oportunidade é produzir queijo.

Portanto, as possibilidades de produção de um produtor ou país é limitado. Um produtor poderia, por exemplo, produzir uma quantidade só de vinhos, ou uma quantidade só de queijo, ou uma mescla entre vinhos e queijos. Se colocar em um gráfico todas as possibilidades de produção de vinho ou queijo, teremos a curva de possibilidade de produção, que é uma “curva que mostra o número máximo possível de dois bens, dados os recursos da economia.”(TAYLOR, 2007).

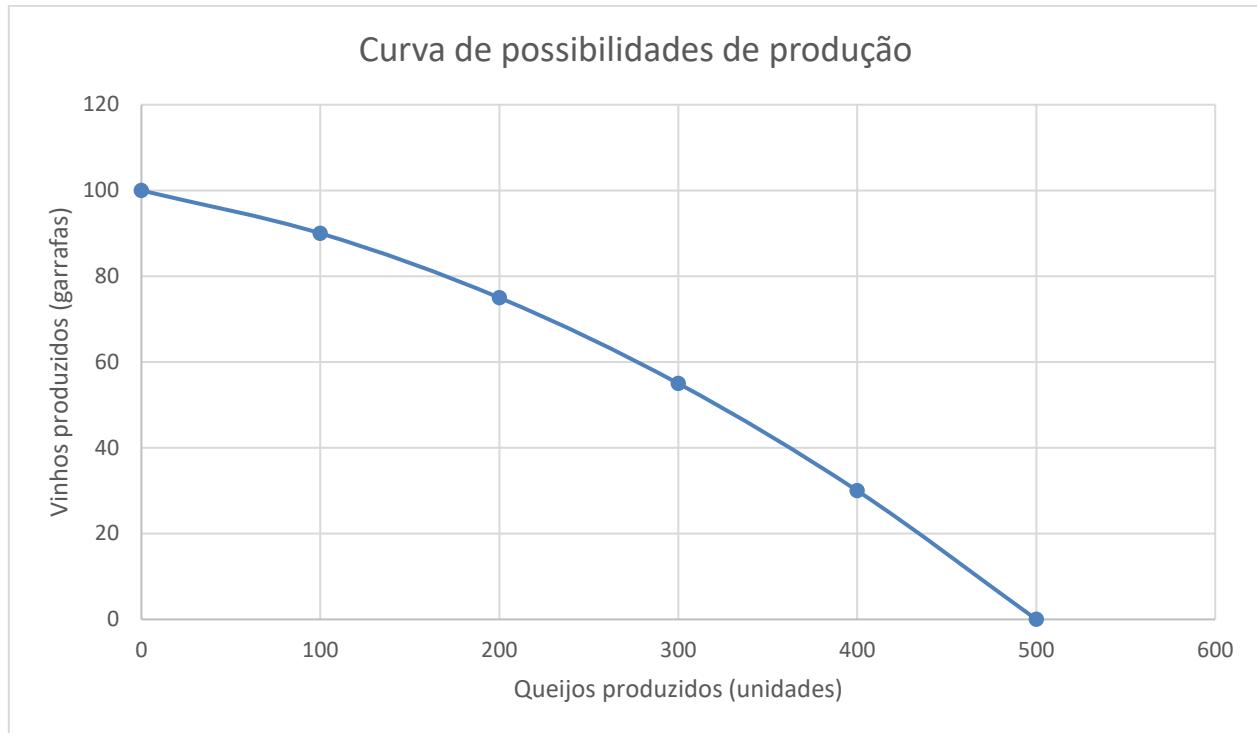


Figura 7 Exemplo de uma curva de possibilidades de produção para dois produtos (vinhos e queijos)

O gráfico acima mostra um exemplo de curva de possibilidades de produção de dois produtos, vinhos e queijos. Nesse exemplo é possível produzir 100 garrafas de vinho e nenhum queijo, 75 garrafas de vinho e 200 unidades de queijo, 30 garrafas de vinho e 400 unidades de queijo, 500 unidades de queijo e nenhum vinho, entre outras opções.

A curva de possibilidade de produção de uma empresa ou de um país pode se expandir, se deslocar para fora. Isso significaria que essa empresa ou país poderia produzir mais queijos ou mais vinhos. Muitos fatores podem expandir a curva de possibilidades.

“Mais recursos – por exemplo, mais trabalhadores – deslocam a curva de possibilidades para fora. Uma inovação tecnológica que possibilitasse a edição mais rápida de filmes também deslocaria a curva de possibilidades para fora. O mesmo ocorreria com câmaras, vídeos, luzes e estúdios. Quando a curva de possibilidades de produção se desloca para fora, a economia cresce, pois aumenta a produção de bens e de serviços.” (TAYLOR, 2007, p.39)

O gráfico abaixo mostra um exemplo de deslocamento da linha de produção com o aumento de produção de queijo. Nesse exemplo só uma das produções aumentaram. Quanto

maior for o deslocamento da linha de produção de um ou mais fatores, mais produtos serão produzidos.

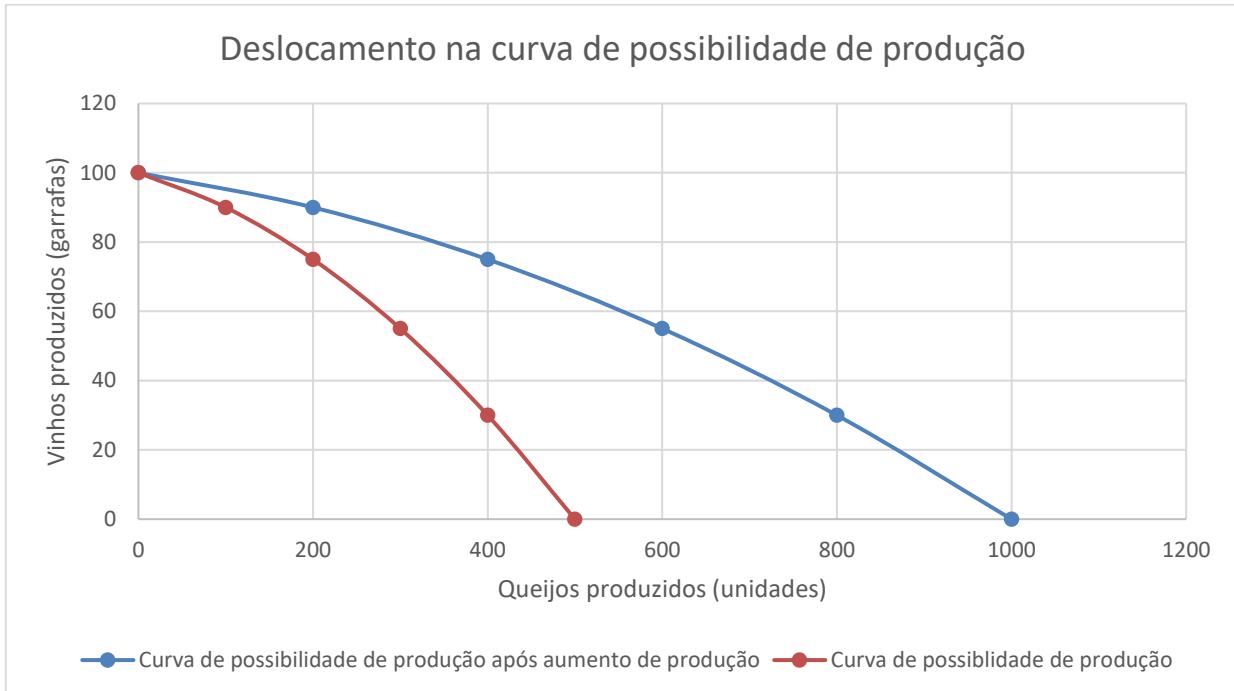


Figura 8 Duas curvas de possibilidade de produção, uma antes e outra após o aumento de produção de queijos

Diante desses cenários, ou não é possível consumir tudo ou produzir tudo, consumidores podem optar fazer trocas para conseguir um ganho comercial, que seria a “melhoria na renda, produção ou satisfação devido à troca de produtos e serviços.” (TAYLOR, 2007). Eu posso trocar algumas das maçãs por algumas das laranjas que outra pessoa comprou, tendo assim maçãs e laranjas. Não existe um aumento de bens produzidos por causa dessa troca, o que ocorre é uma troca em que as duas pessoas procuram satisfazer os seus desejos por uma variedade maior de frutas compradas.

Por outro lado, um outro tipo de troca ocorre a partir da decisão do produtor. Se o produtor A produz vinho com mais eficiência do que produz queijo, o custo de oportunidade de produzir um pouco de queijo é deixar de produzir muito vinho. Se o produtor B produz queijo mais eficiência do que produz vinho, o custo de oportunidade de produzir um pouco de vinho é deixar de produzir muito queijo.

Nesse caso, se o produtor A e o produtor B puderem interagir economicamente, eles poderão ter um ganho comercial com o aumento de produção. Em vez de cada produtor produzir menos o que eles fazem bem para produzir um pouco do que eles produzem mal, os dois podem se especializar na produção daquilo que fazem bem e comercializar entre si para obter aquilo que produzem mal. Ao buscar uma especialização, é criada uma divisão do trabalho.

Esse exemplo ilustra o que é chamado de vantagem comparativa, que é a “situação em que uma pessoa ou grupo pode produzir um bem a um custo de oportunidade menor do que outra pessoa ou grupo.”(TAYLOR, 2007). O produtor A tem uma vantagem comparativa na produção vinho em relação ao produtor B, enquanto que o produtor B tem uma vantagem comparativa na produção de queijo em relação ao produtor A.

A teoria da vantagem comparativa propõe que duas empresas ou pessoas que comercializam terão ganhos. Esses ganhos irão ocorrer mesmo se o produtor A tiver uma vantagem absoluta na produção de vinhos e queijos em relação ao produtor B. A vantagem absoluta seria a “situação em que uma pessoa ou país é mais eficiente na produção de um bem em comparação com outra pessoa ou país” (TAYLOR, 2007, p.500). Nesse exemplo, a vantagem para A produzir aquilo que é mais eficiente, queijo por exemplo, mesmo sendo mais eficiente que B nas 2 produções, é que ele irá produzir muito mais queijo ao se dedicar a essa produção, enquanto que o custo de oportunidade de B na produção vinho será menor.

Então, quando dois produtores comercializam aquilo que possuem vantagem comparativa, os dois vão obter mais vinhos e queijos do que eles não comercializassem um com o outro. A curva de possibilidades de produção quando há comércio será deslocada para fora, aumentando a possibilidade de produção de ambos.

As trocas exemplificadas acima podem ocorrer com pessoas ou empresas que estão em países diferentes. Nesse caso haveria o que se chama de comércio internacional. Diferentes países fazem comércio para obter algum produto que irá satisfazer sua preferência por algum bem ou utilizar a sua vantagem comparativa (TAYLOR, 2007).

Nesse caso, quando dois países realizam comércio entre si, buscando utilizar a sua vantagem comparativa, a curva de possibilidade de produção do país tende a se deslocar para

fora, aumentando a quantidade de bens que os países têm acesso, mesmo se um dos países tiver vantagem absoluta sobre o outro.

Outro motivo que faz países comercializarem é para aumentar o tamanho do mercado. Quando cada vez mais os países comercializam com outros países, maior fica o tamanho do mercado. Com mercados maiores, o custo unitário de produção, que é o custo médio de cada unidade produzida de um determinado produto, cai (TAYLOR, 2007).

Portanto, podemos concluir que os países comercializam para obter produtos que eles não possuem, obter vantagem comparativa e com isso deslocar a curva de possibilidades de produção para fora e aumentar o tamanho do mercado para onde os produtos são escoados, diminuindo assim o custo unitário de produção.

Essa foi uma breve análise do comércio geral entre países. Entretanto, o comércio de armas não funciona como o comércio de qualquer outro produto, como vinhos ou queijos. O comércio de armas muitas vezes é restrito dentro de um país, podendo ter leis rígidas quanto a compra, posse e porte de uma arma. A comunidade internacional também busca diversos mecanismos para controlar a venda de armas entre os países.

Como vimos, os opositores do governo sudanês conseguiram lutar uma longa guerra que culminou na independência do Sudão do Sul. Para lutar essa guerra, foi necessário obter armas e munições, muitas vezes de maneira ilegal. Primeiramente vamos ver quais são as formas legais de se obter armas e munições via comércio.

O mercado legal de armas, aquele que respeita todas as restrições nacionais e internacionais para o comércio é também conhecido como mercado branco, é altamente regulado e engloba as transferências entre países ou o comércio dentro de um país. Entretanto, a dificuldade no cálculo completo do mercado é proveniente de duas categorias de transferência ilícitas: o mercado cinza e o mercado negro.

As armas podem ser classificadas em diversas categorias: armas convencionais, armas de destruição em massa e armas menos letais (SUR CONECTAS, 2015).

As armas de destruição em massa são as armas químicas, biológicas e nucleares (SUR CONECTAS, 2015). Essas armas causam uma grande quantidade de mortes ao serem utilizadas, sendo que existem diversos tratados restringindo a sua produção, comercialização e uso.

Armas menos letais são aquelas que não são feitas para matar, embora o uso possa levar a mortes. Spray de pimenta, bomba de gás lacrimogêneo, armas de eletrochoque são alguns exemplos de armas menos letais (SUR CONECTAS, 2015).

As armas convencionais podem ser divididas em outras categorias: tanques, carros de combate blindados, sistemas de artilharias, aviões de combate e aviões não tripulados, helicópteros de combate, navios e mísseis (SUR CONECTAS, 2015).

Existem outras duas categorias de armas convencionais que são muito importantes: as armas pequenas e as armas leves (small arms and light weapons, em inglês). As armas pequenas incluem o revólver, pistola, rifle, submetralhadora e metralhadora leve. As armas leves incluem as metralhadoras pesadas, lançadores de granada, morteiros, armas antiaérea e antitanques portáteis.

O impacto das armas pequenas e armas leves não se dá apenas em regiões em conflito, seja uma guerra contra um outro país ou uma guerra civil, mas também nos países que estão em paz. Essas armas estão presentes nas organizações criminosas e nas mãos da população civil, tendo uma importante participação nas mortes violentas no mundo.

4.1 Armas e sua distribuição territorial

Como todas as mercadorias, as armas podem ser compradas e vendidas. Entretanto, como discorrido no capítulo anterior, o papel que as armas exercem faz que o objetivo de seu comércio vá além do mercantil, a disponibilidade de armamentos é em si a eficácia da força. Portanto, é natural que hajam regras para o seu comércio, seja dentro de um território ou entre territórios.

A produção de armas, assim como o seu estoque, está desigualmente distribuída no mundo. Os Estados com maior poder econômico tendem a ser aqueles que produzem e desenvolvem novas tecnologias bélicas, enquanto que os Estados mais fracos economicamente tendem a se tornarem os importadores (NASH, 2015). Se a produção de armas dentro de um estado é nula ou insuficiente, o comércio de armas se torna necessário para garantir a devida proteção do seu território.

As armas são bens duráveis. Rifles e pistolas, por exemplo, não passaram por grandes inovações nos últimos 50 anos, os estoques não precisam ser atualizados constantemente. O comércio de armas tende a ser esporádico, de uma região com grande estoque de armas para uma região em crise, com necessidade de comprar armas (UNODC, 2010). É importante, portanto, ver quais são os países que mais importam, exportam e possuem os maiores gastos militares. Essas informações serão importantes para se ter um panorama sobre comércio mundial legal de armas.

4.1.1 Gastos militares

Comprar armas faz parte dos gastos militares de um país. Essas armas podem ser importadas de outros países ou compradas de indústrias nacionais. Porém, compra de armamentos é apenas uma pequena parte dos gastos militares de um país. Gastos com salários e aposentadorias de militares, custos de operações militares e treinamento de milícias de outros países são exemplos de gastos militares¹⁶.

¹⁶ STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE. *Sipri military expenditure database*. Disponível em: <<https://www.sipri.org/databases/milex>>. Acesso em: 14 out. 2017.

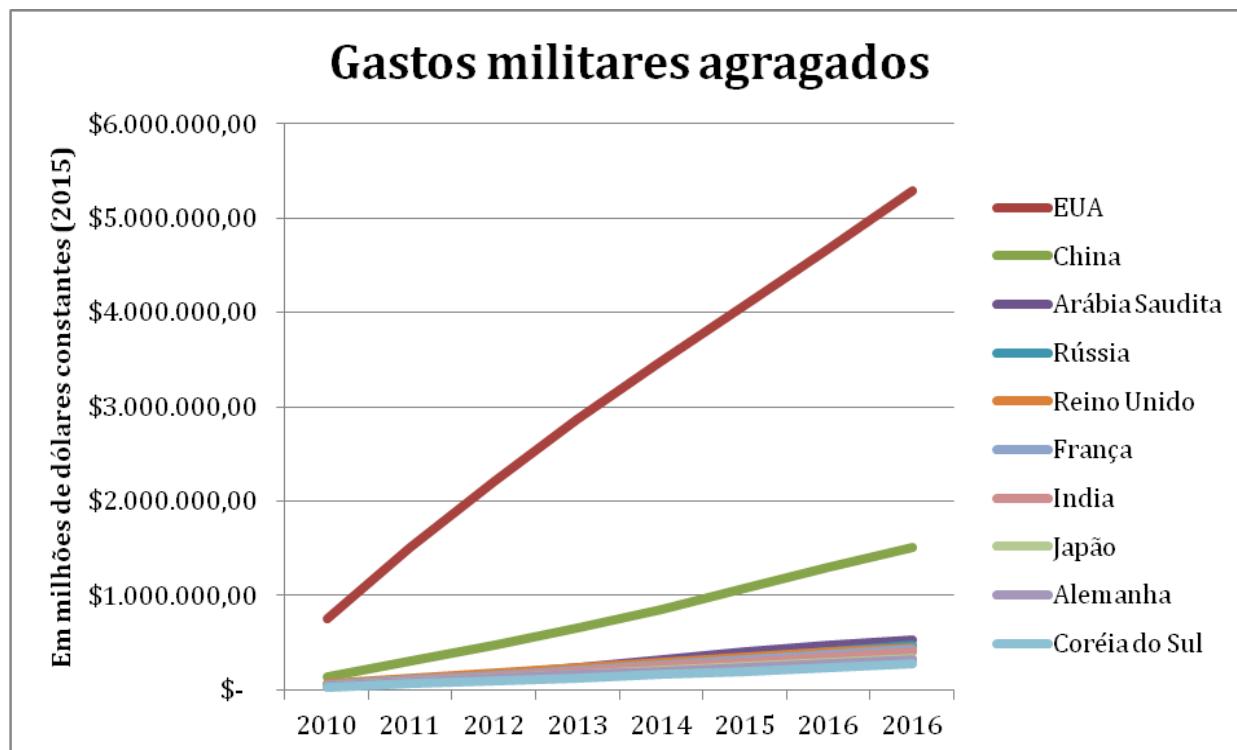


Figura 9 Gastos militares agregados.¹⁷

O gasto militar de cada país varia ao longo do tempo, alterando de acordo com diversos fatores, como situação geopolítica, econômica, entre outros. Por isso, é importante olhar os gastos militares agregado ao longo dos anos.

Somando o gasto militar acumulado entre 2010 e 2016, os EUA se destacam como o país que mais tem gastos militares no mundo, seguido pela China. Reino Unido, França e Rússia, outros 3 países permanentes no conselho de segurança da ONU (EUA e China são os outros), também estão na lista de países com mais gastos militares do mundo. A figura 5 mostra os países com os maiores gastos militares entre 2010 e 2016.

4.1.2 maiores importadores e exportadores

Uma característica do comércio internacional é o chamado modelo de gravidade. Nesse modelo, o comércio internacional entre dois países será maior de acordo com o PIB, enquanto

¹⁷ Fonte: STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE. Disponível em: <<https://www.sipri.org/databases/milex>>. Acesso em: 14 out. 2017.

que a o comércio cai quanto maior for a distância. Ou seja: quanto maior o PIB e mais próximos forem 2 países, o comércio entre os dois tende a ser maior (KRUGMAN,2010).

O modelo de gravidade tem a sua importância, mas não consegue prever tudo perfeitamente. Por exemplo: em 2017, o principal comprador de armas dos Estados Unidos foi a Arábia Saudita¹⁸. Porém, o PIB da Arábia Saudita em 2017 foi o 20º do mundo (O PIB dos EUA foi o maior nesse período), e os dois países não são próximos¹⁹. As alianças geopolíticas entre os dois países precisam ser levadas em consideração ao se analisar o comércio de armas.

Os maiores importadores de armas apresentam características socioeconômicas bem distintas. Eles diferem em população, PIB, IDH, área, entre outros. Além disso, a porcentagem de importação em relação ao total de importações de armas no mundo não é tão concentrada em comparação aos países exportadores.

¹⁸ STATISTA. Us arms exports 2017, by country (in tiv expressed in million constant 1990 u.s. dollars)<https://www.statista.com/statistics/248552/us-arms-exports-by-country>Acesso em: 22 set. 2018.

¹⁹ STATISTA. Gross domestic product (gdp) ranking by country 2017 (in billion u.s. dollars)<https://www.statista.com/statistics/268173/countries-with-the-largest-gross-domestic-product-gdp/>Acesso em: 22 set. 2018.

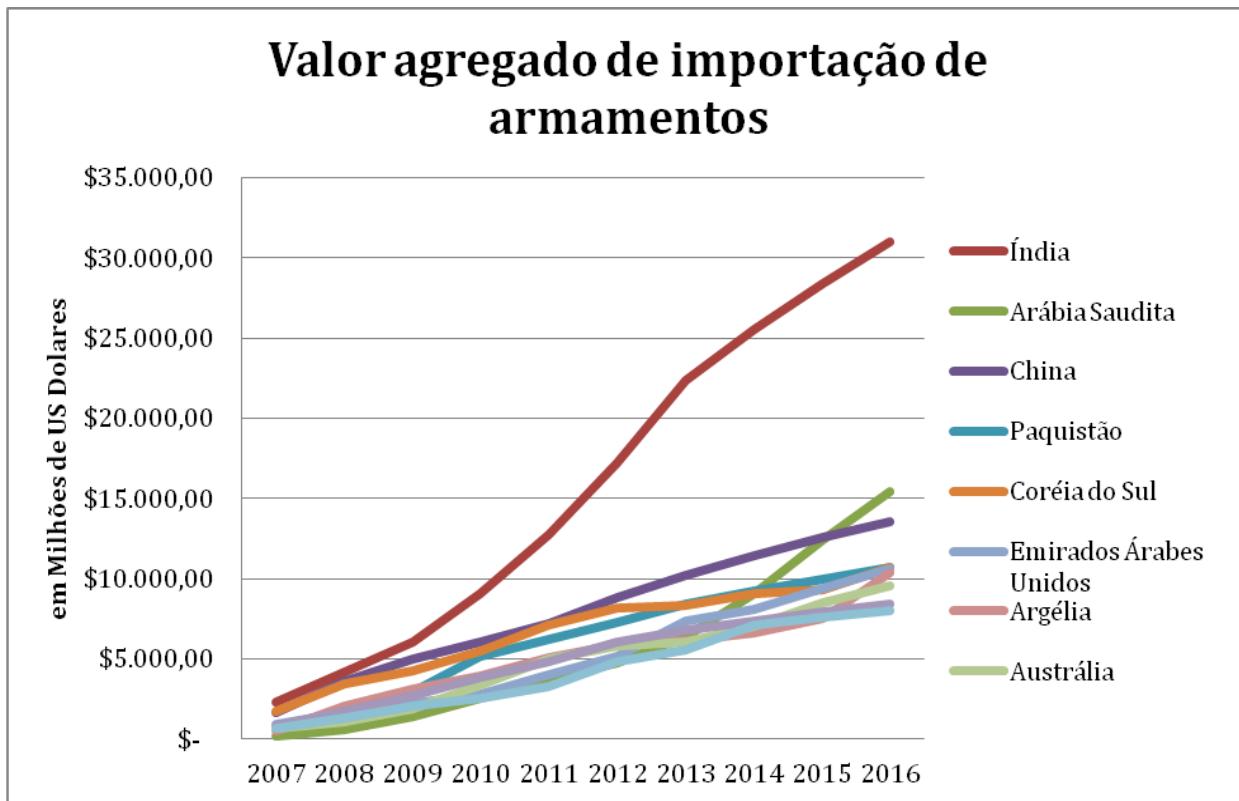


Figura 10 Países que mais importaram armas entre 2007 e 2016.²⁰

Alguns fatores que podem indicar o motivo de maior importação de armas: crescimento econômico e modernização das forças armadas, crescimento de tensão entre os vizinhos, interesse de fortalecimento de aliados por parte do país exportador. A Coréia do Sul, que tem uma relação conflituosa com a vizinha Coréia do Norte, importa uma grande quantidade de armas dos Estados Unidos. Paquistão, um grande importador de armas chinesas, tem uma relação tensa com a Índia, uma grande importadora de armas russas²¹.

O comércio internacional de armas movimenta anualmente um valor aproximado de 100 bilhões de dólares. Os maiores exportadores de armas do mundo são países com grande poder

²⁰ Fonte: Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI). Arms Transfers Programme.

²¹ FORBES. 6 coisas que o comércio global de armas diz sobre o estado das relações com os países . Disponível em: <<https://www.forbes.com/sites/anaswanson/2015/03/20/6-things-the-global-weapons-trade-says-about-the-state-of-international-relations/#4647f4c52607> >. Acesso em: 18 ago. 2018

militar e político, sendo que os países permanentes do conselho de segurança da ONU estão entre os 6 maiores exportadores de armas do mundo (FINARDI, 2013).

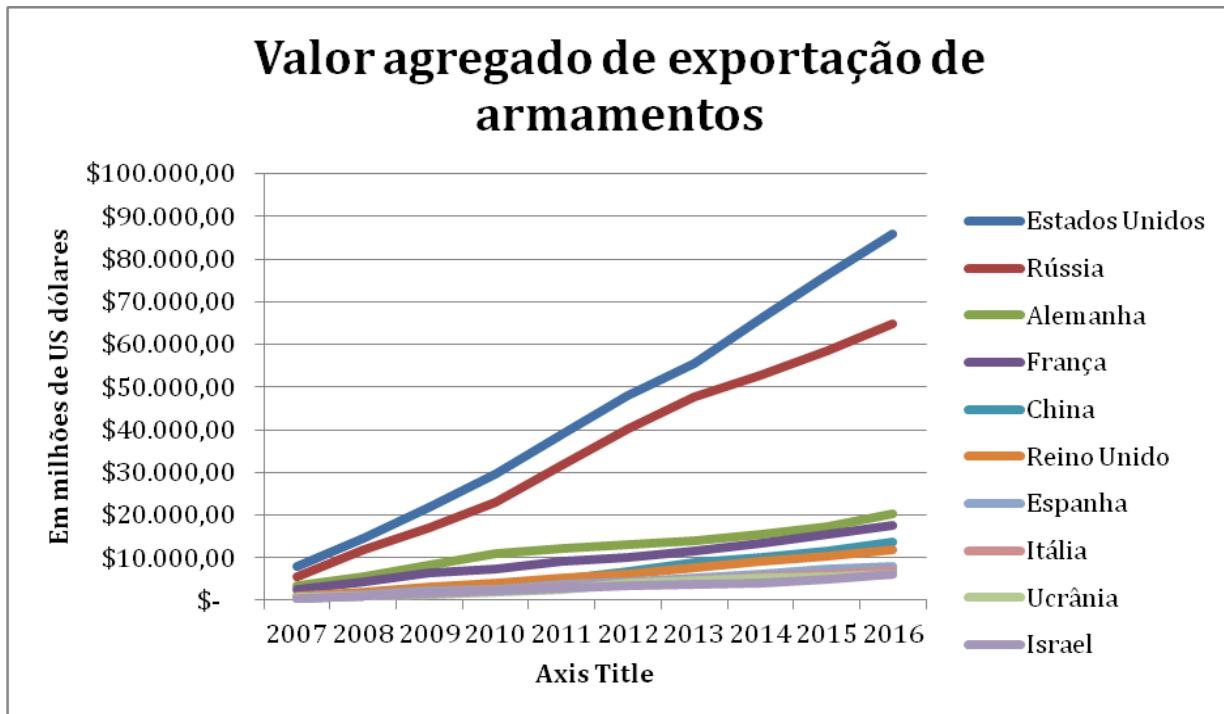


Figura 11 Países que mais exportaram armas entre 2007 e 2016.²²

A capacidade de produção de armas é concentrada e restrita a alguns países. 40 países tem a capacidade de produção de armas em larga escala e outros 60 com alguma capacidade de manufatura de armas e munições em pequena escala (FINARDI, 2013). A transferência de armas acaba sendo o único meio de países e grupos poderem se armar.

4.2 O Comercio de Armas do Estado Sudanês

Desde a sua independência, o Sudão obteve armas vindos de diversos países ao longo das décadas. Essas armas foram importantes durante os longos períodos de guerra civil que atingiu o país. Os principais fornecedores de armas foram mudando ao longo do tempo, assim como os interesses geopolíticos de diversos atores globais foram mudando. Embora muitas transferências

²² Fonte: Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI). Arms Transfers Programme

tiverem interesses geopolíticos, outras foram pautadas por interesses econômicos. Muitos países e traficantes de armas puderam lucrar com o comércio na região.

Durante a guerra fria, Estados Unidos e União Soviética buscaram uma maior presença na região. Em 1969, Nimeiri sinalizou uma simpatia pró soviética, distanciando-se assim de Washington. Por sua vez, o governo etíope do imperador Haile Selassie era pró-ocidente, o que rendeu armas e treinamento dos Estados Unidos. Em 1971 houve uma mal sucedida tentativa de golpe comunista no Sudão, que tentou se reaproximar dos Estados Unidos, mas sem muito sucesso no primeiro momento (Humans Rights Watch, 1998).

Em 1974, um golpe militar com inspiração marxista derrubou o imperador etíope Haile Selassie. A Etiópia se aproximou assim de Moscou. A União Soviética forneceu 12 bilhões de dólares em armamento, entre 1977 e 1991, para a Etiópia, que estava envolvida na guerra de Independência da Eritreia. Os Estados Unidos, por sua vez, se aproximaram do governo sudanês e forneceram 1 bilhão de dólares em investimentos militares no final da década de 1970 e durante a década de 1980 (Humans Rights Watch, 1998).

A segunda guerra civil sudanesa eclodiu em 1983. Os combatentes do EPLS inicialmente utilizam armas vindas principalmente da Etiópia e Líbia, engajando-se em um combate de guerrilha (Humans Rights Watch, 1998).

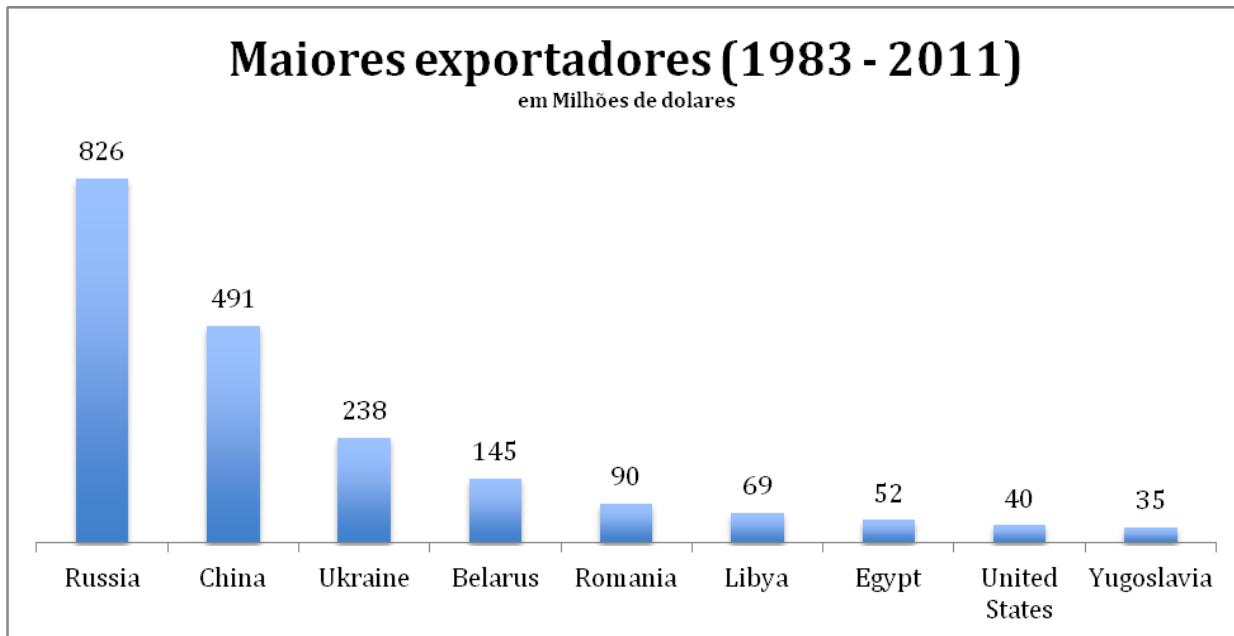


Figura 12 Maiores Exportadores de armas para o Sudão (1983 -2011)²³

Uma junta militar liderada pelo general Omar Hassan el-Bashir assume o poder no Sudão, com o apoio da Frente Islâmica Nacional. O Irã se aproximou do Sudão, que buscava aproximar laços com um país da África subsaariana. O Irã possibilitou uma aproximação do Sudão com a China e outros países da ex-União Soviética (Humans Rights Watch, 1998).

A relação do Sudão com o Irã não está fundamentada nas relações econômicas, mas sim na parceria militar. O Irã é um grande exportador de armas para o Sudão desde a década de 1990. Em 2007 os dois países assinaram um acordo de cooperação militar. Além disso, existem evidências que o Irã tem ajudado no desenvolvimento do setor de manufaturas de armas no Sudão (SMALL ARMS, 2014).

A cooperação militar entre Rússia e Sudão começou em 1993, quando os dois países firmaram um acordo que permitia que a Rússia participasse da exploração de petróleo no país. A Rússia vendeu para o governo sudanês aviões militares, helicópteros, tanques e outros veículos militares. (Humans Rights Watch, 1998).

²³ Fonte: Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI). Arms Transfers Programme

Antigos países da União Soviética e membros do pacto de Varsóvia também forneceram armas para o governo sudanês. Existem relatos de que a Ucrânia forneceu helicópteros de batalha, Belarus forneceu helicópteros de guerra e tanques, e a Romênia foi citada como fonte de armas soviéticas para o Sudão (HUMANS RIGHT WATCH, 1998).

Entre o período de 2001 e 2012, 58% das armas pequenas e leves reportadas que entraram no Sudão eram de origem chinesa, sendo o país que mais exportou armas pequenas e leves para o Sudão. Em seguida, temos as armas vindas do Irã (13%), São Vicente e Granadinas (9%), Ucrânia (6%). São Vicente e Granadina não produz armas, apenas exportou peças e acessórios para armas leves e pequenas em 2009 (SMALL ARMS, 2014).

A relação comercial entre China e Sudão não se resume apenas ao comércio de armas. O interesse chinês pela África remonta desde a década de 1950, uma relação marcada pela luta em comum contra a hegemonia dos países ocidentais. A partir da década de 1990 a relação da sino-africana foi ficando mais pragmática, pautada pelos interesses econômicos. O crescente crescimento chinês necessitava de uma grande quantidade de matérias primas, como petróleo, minérios, madeira e algodão (LOOY, 2006).

Um quarto do petróleo importado pela China vem da África, e o Sudão é um dos principais exportadores. Em 2014, 64% do petróleo exportado pelo Sudão foi para a China. Além disso, a China é responsável por diversos investimentos no país, como a construção de oleodutos, por exemplo (LOOY, 2006).

A parceria entre Sudão e China não se dão apenas no campo econômico. O Sudão se beneficia de sua aproximação comercial com a China também no campo político. A China, que é um membro permanente do conselho de segurança da ONU, ameaçou usar o seu poder de voto para impedir sanções mais graves contra o Sudão (LOOY, 2006).

5 Mercado Ilegal de Armas

5.1 Diferenciação entre mercado negro e cinza

A organização Small Arms Survey nos dá uma definição útil entre mercado cinza e mercado negro. Para eles o mercado cinza é aquele realizado de maneira escondida, podendo as vezes utilizar lacunas nas legislações, sem serem objetivamente ilegais. As transferências do mercado cinza podem partir de governos, corretores e outros grupos, enquanto que os receptores das armas podem ser governos, grupos rebeldes, autoridades não reconhecidas internacionalmente (SMALL ARMS, 2001).

Ao mesmo tempo, o mercado negro, é aquele que claramente viola leis nacionais ou internacionais. Ele será o principal responsável por fornecer armas para organizações ou indivíduos criminosos, enquanto que o mercado cinza será o principal responsável em fornecer armas para regiões em conflito de maneira ilícita (SMALL ARMS, 2001).

*“The grey market appears to have the greatest impact in situations of armed conflict—that is, when governments are actively or passively supplying weapons to non-state actors and are de facto involved in intra- or inter-state conflicts. In contrast, black market transfers tend to have a major impact on violence and criminality in civil Society”*²⁴(SMALL ARMS, 2001, p.167)

Outra distinção de mercado cinza e negro é feita por Berry Peterson²⁵. Ele diferencia o mercado negro como a forma em que atores ilegítimos ou não-estatais adquirem armamentos por meio de intermediários. O mercado cinza é definido pelo autor como a obtenção ilegal de armamentos por atores estatais que sobre outro contexto seriam considerados legais.

²⁴ “O mercado cinza parece ter o maior impacto em situações de conflito armado, ou seja, quando os governos favorecem ativamente ou passivamente armas a atores não estatais e estão de facto envolvidos em conflitos intraestatais ou interestatais. Em contraste, as transferências do mercado negro tendem a ter um grande impacto sobre a violência e a criminalidade na sociedade civil.”(SMALL ARMS SURVEY, 2001, tradução livre própria)

²⁵ PETERSON, Barry. *The black and gray market arms trade in support of insurgencies. Intelligence and national security studies*, The University of Texas-El Paso. Disponível em: <[https://academics.utep.edu/portals/4302/barry%20peterson%20\(capstone\).pdf](https://academics.utep.edu/portals/4302/barry%20peterson%20(capstone).pdf)>. Acesso em: 18 out. 2017.

Por essa definição, a aquisição de armas ilegais por gangues e traficantes de drogas será reconhecido como mercado negro. As armas obtidas pelo EPLS, por exemplo, serão reconhecidas como mercado cinza.

O mercado cinza é muito utilizado nas guerras de procuração (proxy war). Durante a guerra fria, tanto os Estados Unidos como a União Soviética utilizaram o mercado cinza para armar seus aliados nas guerras de procuração. (PETERSON). Muitas vezes o comércio era legal, porem a venda era feita pelo mercado cinza para tentar demonstrar neutralidade no conflito.

Como exemplo, tropas soviéticas entraram no Afeganistão em 1979 para ajudar o governo afegão na luta contra os rebeldes mujahidins. Os Estados Unidos utilizaram o mercado cinza para transferir armamentos de produtores de dentro do Pacto de Varsóvia, através de corretores, e enviaram para os mujahidins, com ajuda da CIA (SMALL ARMS, 2001)

As vendas a partir do mercado cinza não ocorrem apenas por motivos geopolíticos, mas também por motivos econômicos, especialmente após a guerra fria. Muitos países da Europa oriental, cuja indústria bélica é forte, transferiram armas por meio do mercado cinza para grupos rebeldes em conflitos intra-estatais na África (SMALL ARMS, 2001).

Em 1991 começou uma guerra civil em Serra Leoa, protagonizados por uma luta entre o governo e o grupo rebelde Frente Revolucionária Unida (FRU). Apesar do embargo de armas da ONU, a FRU conseguia comprar armas com a renda obtida pela venda de diamantes. Armas de países do leste europeu, como Eslováquia, Ucrânia e Bulgária foram para países como Gâmbia, Libéria e Burkina Faso para depois ser transferida para a FRU (SMALL ARMS, 2001). A relação entre o mercado de diamantes e de armas teve uma participação importante para armar a FRU e alimentar a guerra civil. Essas transferências eram extremamente lucrativas, aproveitando-se do grande estoque de armas nos países da Europa oriental.

5.2 Transporte e distribuição

Um elemento importante para o entendimento do mercado ilícito de armas é a atuação dos intermediários, também conhecidos como brokers. Um broker é um intermediário entre um vendedor e um comprador, recebendo um pagamento se o negócio é realizado.

O broker de armas ele precisa fazer mais do que só fazer a ligação entre um comprador e um vendedor, ele precisa ser também um facilitador. Ele precisa identificar compradores e encontrar fornecedores; oferecer suporte técnico sobre as armas disponíveis, formas de pagamento e transporte; identificar a quantidade de armas que o comprador necessita, o valor do acordo e as formas de pagamento; mediar a negociação; assegurar formas de pagamento e financiamento da compra; obter documentos oficiais para autorizar a transação, seja de maneira legal ou não; organizar o transporte até o destino final (SMALL ARMS, 2011).

O trabalho de um broker não é necessariamente ilegal, é possível ser o intermediário de relações comerciais dentro das leis. Porém, é atuando no mercado ilícito que os brokers conseguem realizar muitos dos seus negócios. A participação deles é fundamental para diversos grupos consigam ter acesso a uma grande quantidade de armas.

Após firmar um acordo com um grupo, o broker precisa assegurar formas de pagamentos. Não é somente o dinheiro que é usado para pagar pelas armas. Diamantes, petróleo, drogas e outras commodities podem ser usados como forma de pagamento. Os brokers atuam tanto com a transação das armas como em contato com os comerciantes das commodities, criando uma rede comercial que garante o fluxo constante de armas para os compradores. O autointitulado Estado Islâmico, por exemplo, conseguia parte do dinheiro usado na compra de suas armas vinham através da venda de petróleo para países como o Irã, Turquia e a própria Síria²⁶.

Além disso, os brokers muitas vezes precisam organizar e assegurar o transporte do fornecedor até o comprador, podendo muitas vezes utilizar agentes de transporte especializados. A questão do transporte é especialmente importante para o comércio ilícito de armas, o que necessita de meios muito mais complexos do que um transporte legal de armas. As armas podem ser transportadas de diversas maneiras, como transporte aéreo, marítimo ou terrestre. Uma forma muito utilizada é o chamado transporte formiga, onde um ou poucos indivíduos atravessam uma fronteira carregando uma ou poucas armas (SMALL ARMS, 2001).

²⁶ BBC. Conheça seis fontes de renda do 'estado islâmico'. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/11/151119_financiamento_estado_islamico_lgb>. Acesso em: 21 out. 2017.

Uma forma importante de transferência de armas é o transporte aéreo. O agente de transporte precisa obter um avião de carga; tripulação; comprar ou obter as autorizações de voos necessárias para o percurso; um plano de voo; depósitos temporários para guardar as armas; organizar locais de pouso e abastecimento da aeronave. Muitas vezes o transporte ilícito de armas não vai direto até o comprador das armas, mas sim diversos voos, poucos e decolagens em diversos destinos com o objetivo de dificultar o rastreamento das armas (SMALL ARMS, 2001). O transporte aéreo é usado pelo governo sudanês para transferir armamentos para grupos armados não governamentais. O armamento é lançado para os grupos, que estão em contato com os pilotos sudaneses através de telefones via satélite (SMALL ARMS, 2014).

5.3 Legislação

O objetivo deste capítulo é dar um breve histórico das regras internacionais de comércio de armas e o controle para combater o tráfico de armas.

A maior preocupação durante a guerra fria era impedir a transferência de armas e tecnologias para o bloco adversário. Com isso, o esforço no que se refere ao embargo de armas era estratégico. Com isso surgiu o COCOM, que controlava a exportação de armas dos Estados membros, podendo qualquer Estado participante vetar a exportação de outro Estado.

“[...] COCOM (abreviatura de Coordinating Committee on Multilateral Export Controls), um acordo informal iniciado em 1949 e que visava coordenar o controlo das exportações de bens e tecnologias considerados estratégicos, de modo a não caírem em poder da União Soviética ou países com ela alinhados, incluindo a República Popular da China. Fundaram este grupo a Bélgica, Canadá, Dinamarca, Estados Unidos, França, República Federal da Alemanha, Grécia, Itália, Japão, Luxemburgo, Noruega, Países Baixos, Portugal, Reino Unido e Turquia. Mais tarde, Espanha e Austrália entraram no grupo. Existiam, ainda, países cooperantes com o COCOM, nomeadamente Áustria, Finlândia, Irlanda, Nova Zelândia, Suécia e Suíça.” (MIRA, 2011, p.255-256.)

Após o fim da guerra fria, a preocupação com a transferência de armas para o bloco ideológico rival deixou. Surgiu então o Acordo de Wassenaar, que é um sucessor do COCOM. O acordo foi estabelecido para manter segurança e estabilidade regional e internacional através do controle de exportação de armas convencionais e bens e tecnologias de duplo-uso, aquelas que

podem ser usadas tanto para fins militares como para fins pacíficos (MIRA, 2011). Esse acordo passou a operar em 1996, e atualmente o acordo tem 41 países participantes²⁷.

Os Estados participantes do Acordo de Wassenaar buscam um consenso para avaliar as exportações, partilhando de uma série de orientações, procedimentos e objetivos em comum. Entre esses objetivos, vale destacar os seguintes pontos: evitar o acúmulo de armas desestabilizadoras, levando em consideração as características de uma região; avaliar a situação do país beneficiário, observando as tensões e conflitos daquela região; a natureza e o custo das armas, analisando a necessidade delas para a defesa do país; o risco de desvio ou reexportação para outro país que não atenda as especificações do Acordo (VIVA COMUNIDADE, 2010). Vale notar que a preocupação agora não é somente impedir que o bloco adversário obtenha as armas e tecnologias, mas também o impacto dessa transferência para a região que recebe as armas.

5.3.1 Armas pequenas e armas leves

Surgiu, após o fim da guerra fria, uma série de novos conflitos que não utilizavam armamentos como tanques e aviões. 47 dos 49 conflitos dos anos 90 foram travados majoritariamente com armas pequenas e armas leves (LAURENCE, 2005). Essas armas são baratas, leves, portáteis e fáceis de usar, sendo utilizados por pessoas não ligadas às forças armadas estatais.

Ao se pesquisar as origens das armas encontradas nas zonas de conflitos, nos anos 90, descobriu-se que a produção de novas armas estava diminuindo, e que a maior parte das armas em circulação era de guerras anteriores (LAURENCE, 2005). Portanto, percebeu-se a importância da transferência de armas para o início e manutenção dos conflitos. A sociedade civil e as ONGs começaram a pressionar para o surgimento de um acordo referente ao comércio de armas, e que esse acordo fosse juridicamente vinculante. Esse foi o início do Tratado Sobre o Comércio de Armas, ou ATT (Arms Trade Treaty, em inglês).

²⁷ Países participantes do acordo de Wassenaar atualmente: Argentina, Austrália, Áustria, Bélgica, Bulgária, Canadá, Croácia, República Checa, Dinamarca, Estônia, Finlândia, França, Alemanha, Grécia, Hungria, Irlanda, Itália, Japão, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, México, Holanda, Nova Zelândia, Noruega, Polônia, Portugal, Coréia do Sul, Romênia, Rússia, Eslováquia, Eslovênia, África do Sul, Espanha, Suécia, Suíça, Turquia, Ucrânia, Reino Unido e Estados Unidos.

“A Anistia Internacional, a Oxfam e a International Action Network on Small Arms (IANSA, na denominação original em inglês – uma rede de centenas de ONGs) lançaram a Control Arms Campaign em outubro de 2003, gerando visibilidade por meio de eventos, publicações e mobilização popular. Centenas de milhares de pessoas no mundo inteiro solicitaram a todos os governos que eles entrassem em acordo em relação a um ATT com normas robustas, e, em 2005, o apoio governamental tinha crescido, de um grupo inicial reduzido a mais de cinquenta governos. Em 6 de dezembro de 2006, na Assembleia Geral das Nações Unidas, 153 Estados, instigados pela incidência pública da sociedade civil e de alguns governos que defendiam o ATT, votaram a favor de uma resolução (contra a qual somente os EUA votaram) que dava início a um processo de consulta para um ATT”. (WOOD, 2015, p. 17)

Depois de algumas rodadas de negociação, o texto do tratado foi aprovado por 154 países, com 3 países votando contra (Irã, Coréia do Norte e Síria) e 23 abstenções, incluindo países como Rússia, China, Índia, Arábia Saudita e Cuba.

O tratado embarca as seguintes categorias de armas: Tanques de combate, veículos blindados armados, sistemas de artilharia de grande calibre, aeronaves de batalha, helicópteros de combate, navios de guerra, mísseis e lançadores de mísseis, armas de pequeno calibre e armas ligeiras (Artigo 2). Além disso, as munições (Artigo 3), as partes e os componentes dessas armas (Artigo 4) também são embarcadas no tratado (WOOD, 2015).

O tratado proíbe que essas armas, munições, partes e componentes sejam transferidas em caso de embargo da ONU, se a transferência violar algum acordo internacional que o Estado participante faz parte (em especial aqueles relacionados com o tráfico ilícito de armas), ou se no momento da transferência houver conhecimento de que as armas ou itens serão usados em genocídio, crimes contra a humanidade, infrações graves aos acordos da convenção de Genebra de 1949, ataques contra alvos civis ou ferir algum outro acordo internacional que o Estado faça parte (Artigo 6) (WOOD, 2015).

Se a exportação não for proibida, o Estado exportador deverá avaliar se as armas, munições ou suas partes poderão cometer ou facilitar violações contra o direito internacional humanitário, contra os direitos humanos, violar termos e protocolos internacionais relativos ao terrorismo e a crimes transnacionais, além de buscar medidas mitigadoras para que isso não aconteça (Artigo 7). Se após uma avaliação o Estado perceber que existe um risco das violações citadas acontecerem, a transferência deverá ser cancelada (WOOD, 2015).

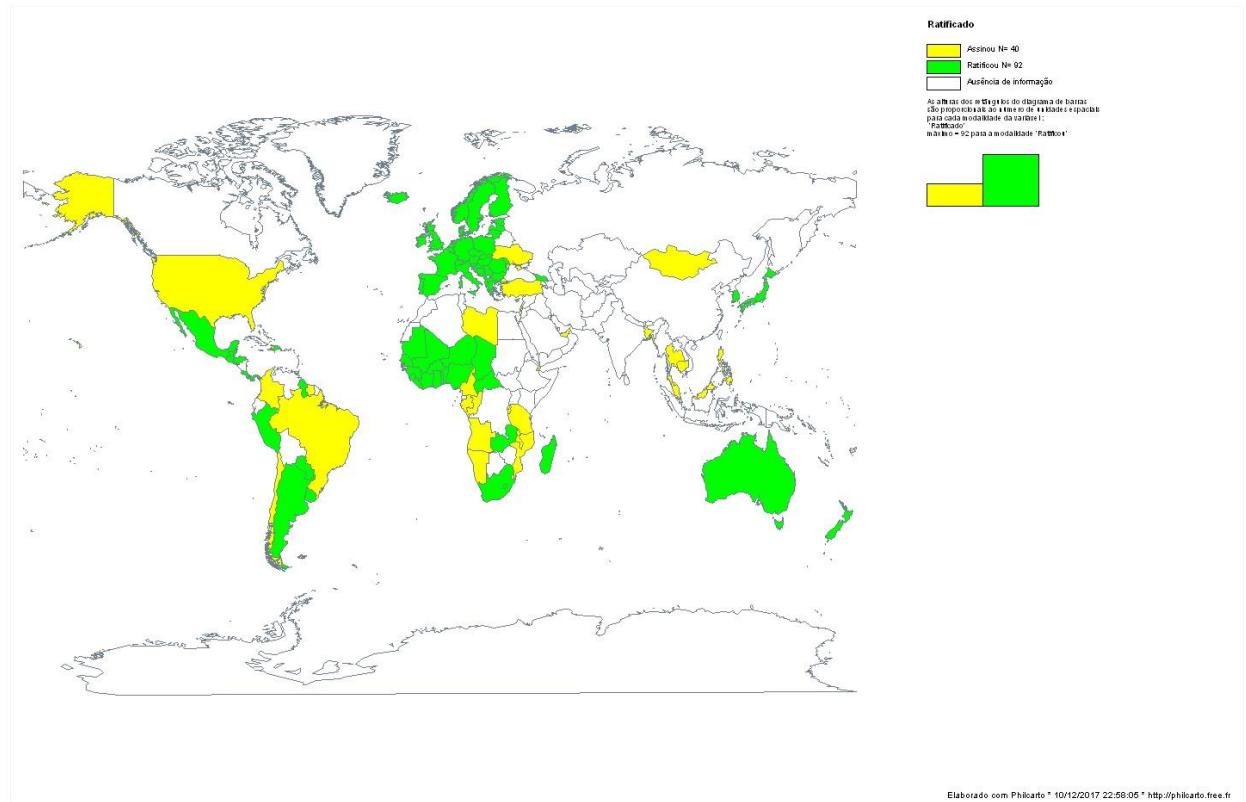


Figura 13 Países que assinaram/ratificaram o acordo de comércio de armas.²⁸

O ATT pode se tornar um importante passo para dificultar a transferência de armas para regiões em conflito. Porém, importantes países exportadores de armas ainda não assinaram ou ratificaram o acordo.

China, Rússia, Uganda, entre outros, foram países que tiveram grande participação de transferência de armas para as regiões em conflito no Sudão e Sudão do Sul, mas nenhum deles assinou o ATT. Apesar de ser um acordo importante, o ATT talvez não tenha um grande impacto nos atuais conflitos que atingem o Sudão e Sudão do Sul.

²⁸ Fonte: UNODA. Disponível em: <<https://www.un.org/disarmament/convarms/att/>>

5.4 Mercado ilegal na segunda guerra civil sudanesa

A segunda guerra civil sudanesa foi marcada não só pelas transferências legais de armas, mas também pelas transferências ilegais. Diversos grupos envolvidos no conflito se utilizaram desse meio para obter armas, munições e treinamento, essenciais na manutenção da guerra.

O governo do Sudão é responsável pela transferência de armas para diversos grupos armados pró-governo na guerra civil com o sul. O governo sudanês também enviou armas para os grupos que querem derrubar o governo de Juba, no Sudão do Sul, enviando armas por terra e ar, através de lançamentos por aviões. As armas do governo sudanês também foram transferidas para milícias árabes na região de Darfur, que está sob embargo de armas da ONU (SMALL ARMS 2014).

O governo chinês, principal fornecedor de armas para o governo do Sudão, está ciente de que as suas armas estão indo para grupos na região de Darfur, região sob embargo de armas pela ONU, e rebeldes no Sudão do Sul. Os funcionários do governo chinês dizem que estão frustrados com Cartum pelas transferências de armas, porém não deram nenhuma indicação que irão mudar a política de exportação de armas para o Sudão (SMALL ARMS, 2014).

A exportação de armas do governo sudanês para grupos militares não se limita apenas para dentro de seu território. Existem indícios de venda de armas para grupos militares de outros países, envolvidos ou não no conflito sudanês. Na década de 1990, o Exército de Resistência do Senhor, grupo que opera na região norte de Uganda, recebeu armas e treinamento militar do Sudão, segundo fontes de ex-combatentes do grupo. A principal atividade do Exército de Resistência do Senhor no Sudão era combater o EPLS (HUMANS RIGHT WATCH, 1998).

Para lutar a guerra, o EPLS necessitava de armas e munições. Muitas vezes o grupo utilizou as armas e munições do inimigo, capturadas no campo de batalha ou em saques contra depósitos. Porém, o grupo também obteve armas e munições através do comércio cinza e negro.

O Sudão possui parte de sua fronteira no Mar Vermelho. Porém, as regiões onde os grupos separatistas estavam situados, principalmente no sul, não possuem acesso ao mar. Portanto, as armas que iam para o EPLS precisavam passar pela fronteira com algum país.

Durante a segunda guerra civil sudanesa, o EPLS recebeu armas vindas de diversos países. No começo dos anos 80, logo no início da guerra, eles tiveram acesso à armamentos de origem soviética vindo da Líbia. No começo da guerra o EPLS adotava táticas de guerrilha, lutando principalmente no interior. (Humans Right Watch, 1998).

O coronel Mengitsu Haile Marian, líder do governo da Etiópia e aliado soviético, estava em uma relação conflituosa com Cartum, que tinha um governo assumidamente anti-comunista. Em 1987 a Etiópia forneceu tanques e artilharia, além de treinamento militar, para o EPLS, o que possibilitou a captura de cidades maiores (Humans Right Watch, 1998).

O governo sudanês coordenou diversos grupos armados que estavam lutando contra o governo etíope, o que resultou em uma mudança de governo em Addis Ababa, em maio de 1991. O novo governo se aproximou de Cartum e cortou o apoio ao EPLS. Em 1992 o governo sudanês iniciou uma investida contra o EPLS, passando pelo território etíope, com o aval do governo local (MARCHAL, 2010).

O governo do Sudão tentou promover organizações islâmicas na Etiópia, país com maioria da população cristã. Diversos incidentes ocorreram a partir disso, culminando com a tentativa de assassinato do presidente egípcio que estava em Addis Ababa, em 1995. Depois disso, o governo etíope voltou a manter relações com o EPLS, mas em menor grau do que tinha antes de 1991 (MARCHAL, 2010).

A Eritreia foi outro aliado importante do EPLS e outros grupos que estavam lutando contra o governo de Cartum. As relações diplomáticas entre a Eritreia e o Sudão foram rompidas em dezembro de 1994. A embaixada que era utilizada pelo Sudão se tornou sede das forças de oposição, como o EPLS e outros grupos. A Eritreia forneceu treinamento e alojamento para o EPLS (HUMAN RIGHTS WACTH, 1998).

Uganda foi um dos principais aliados do EPLS durante a segunda guerra civil sudanesa. Tropas do EPLS fizeram treinamento militar conjunto com as tropas de Uganda, e muitas vezes participaram juntos de combates contra o governo sudanês e contra o Exército de Resistência do Senhor, dentro do território ugandense (HUMAN RIGHTS WACTH, 1998).

Uganda foi uma das principais rotas de passagem de armas para o EPLS, muito importante para um grupo que não tinha acesso ao Mar Vermelho. Parte do armamento comprada pelo EPLS vieram de redes de contrabando, que saia de países como Angola e Moçambique, indo até o atual território do Sudão do Sul. Uganda foi uma importante rota de passagem de armas que iam para as mãos do EPLS. Em 1997 a imprensa sul africana notificou que veículos blindados, munições e misseis antiaéreo estavam sendo usados pelo EPLS. O governo sudanês acusou Uganda de ter comprado e repassado esse armamento (HUMAN RIGHTS WATCH, 1998).

6 Conclusão

Os longos períodos de domínio estrangeiro no Sudão aumentaram as desigualdades político, econômica e social nas diferentes regiões. Esse domínio criou diferentes territorialidades dentro do Sudão, com interesses antagônicos, alimentados por diferenças étnicas e religiosas.

As diferentes territorialidades dentro do Sudão alimentaram duas longas e sangrentas guerras civis, culminando na independência do Sudão do Sul. O Sudão não conseguiu garantir o monopólio da força dentro de seu território, dando espaço para outros grupos, como o EPLS, lutarem pelos seus próprios objetivos.

Essas duas guerras foram mantidas, em parte, graças ao constante número de armas que chegaram dentro do Sudão. O governo sudanês, seus aliados e os grupos rebeldes conseguiram ter acesso a uma grande quantidade de armamentos, vindo de diversos países, transportados de diversas formas. As armas chegaram de forma legal, através do chamado mercado branco, mas também pelo mercado cinza e mercado negro.

O EPLS conseguiu armas e munições por meio de captura no campo de batalha e saques, mas também conseguiram por meio do comércio. A grande quantidade de armamentos que o EPLS conseguiu, principalmente o acesso a veículos de combate e artilharia, possibilitou a conquista de grandes cidades, o que acabou levando ao sucesso da independência do Sudão do

Sul. Porém, embora houve sucesso ao obter independência em relação ao Sudão, o grande número de armas dentro do território alimenta outra guerra civil.

Os diversos acordos internacionais sobre comércio de armas não foram suficientes para impedir o fluxo de armas para as regiões em conflito, ou para diminuir ou minimizar que essas armas fossem usadas para cometer crimes de guerra. Embora seja muito difícil impedir completamente o comércio de armas para regiões em conflito, sobretudo o mercado negro, devido a grande habilidade dos brokers em garantir o abastecimento de regiões em conflito, uma legislação internacional pode ser uma saída para diminuir o comércio legal de armas para governos e grupos que desrespeitam os direitos humanos.

7 Bibliografia

BANDIERE PASSATO E PRESENTE. Sudan. Disponível em: <<http://www.rbvex.it/africapag/sudanrb.html>>. Acesso em: 26 ago. 2018

BASHA, Sara. Sudanese civil wars: multiple causes, multiple parties – one ‘comprehensive’ agreement?. Peace in the balance - the crisis in sudan, Institute for justice and reconciliatino, n.11, p. 07-22, jan. 2006.

BBC. Conheça seis fontes de renda do 'estado islâmico. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/11/151119_financiamento_estado_islamico_lgb> . Acesso em: 21 out. 2017.

EL-BATTAHANI, Atta. Sudan votes: the 2010 elections and prospects for democratic transformation. Sudan – no easy ways ahead, Berlim, v. 18, p. 31-50, abr. 2010.

FINARDI, Sergio. WOOD, Brian. DANSSAERT, Danssaert. MATTHYSEN, Ken. The Arms Trade Treaty: Building a Path to Disarmament, The Solutions Journal, Volume 4, Issue 2, Mar 2013, Pages 48-55. Disponível em: <<https://www.thesolutionsjournal.com/article/the-arms-trade-treaty-building-a-path-to-disarmament>>. Acesso em 15/11/2017.

FORBES. 6 coisas que o comércio global de armas diz sobre o estado das relações com os países . Disponível em: <<https://www.forbes.com/sites/anaswanson/2015/03/20/6-things-the-global-weapons-trade-says-about-the-state-of-international-relations/#4647f4c52607>>. Acesso em: 18 ago. 2018

GLOBO. Polícia civil apreende 60 fuzis de guerra no aeroporto internacional do rio. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/policia-civil-apreende-60-fuzis-de-guerra-no-aeroporto-internacional-do-rio.ghtml>>. Acesso em: 21 out. 2017.

GLOBO. Sudão do sul: como o país mais novo do mundo mergulhou num caos de guerra e fome . Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/sudao-do-sul-como-o-pais-mais-novo-do-mundo-mergulhou-num-caos-de-guerra-e-fome.ghtml>>. Acesso em: 24 jun. 2018

HUMAN RIGHT WATCH. Global Trade Local Impact: Arms Transfers to all Sides in the Civil War in Sudan, 1998. Disponível em: <<http://www.refworld.org/docid/3ae6a8500.html>> Acesso em: 20/10/2017

JOK, J. M. & S. E. Hutchinson. 1999. 'Sudan's prolonged second civil war and the militarization of Nuer and Dinka ethnic identities', African Studies Review 42, 2: 125-145

KRUGMAN, Paul; OBSTFELD, Maurice. Economia internacional: teoria e política. 8 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

LAURANCE, E. J. Small Arms Research: Where We Are and Where We Need to Go. The HFG Review, New York, 2005. 3-9.

LE MONDE DIPLOMATIQUE. Civis esmagados pelo domínio sudanês. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/civis-esmagados-pelo-conflito-sudanes/>>. Acesso em: 06 out. 2018

LE MONDE DIPLOMATIQUE. Irmãos Inaugurais no Sudão do Sul . Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/irmaos-inimigos-no-sudao-do-sul/>>. Acesso em: 06 out. 2018

LE MONDE DIPLOMATIQUE. Nasce um novo país. Disponível em: <<http://diplomatique.org.br/nasce-um-novo-pais/>>. Acesso em: 12 ago. 2018.

LOOY,J.van de. Africa and China: a strategic partnership?. African Studies Centre, Leiden. 2006.

MIRA, José Carlos. O controlo de exportações de armamentos como meio de prevenção de conflitos armados. Instituto da Defesa Nacional. Nação e defesa. 5^a;Nº 129, 2011.

NASH, Thomas. "Tecnologias da violência e desigualdade global", SUR 22 ,2015. Disponível em: <<http://sur.conectas.org/tecnologias-da-violencia-e-desigualdade-global/>>. Acesso em : 29/10/2017.

MARCHAL, Roland. The Regional Dimension of Sudanese Politics. Sudan – no easy ways ahead, Berlim, v. 18, p. 79-95, nov. 2010.

MESQUITA, Bruce Bueno De; SMITH, Alastair. The dictator's handbook: why bad behavior is almost always good politics. 1 ed. Nova York: PublicAffairs, 2011

MORAES, A. C. R. Geografia: pequena história crítica. 20 ed. São Paulo: Annablume, 2005.

NYABA, Peter A. The Politics of Liberation in South Sudan: An Insider's View. Kampala, Uganda: Fountain Publishers, 1997.

PETERSON, Barry. The black and gray market arms trade in support of insurgencies. Intelligence and national security studies , The University of Texas-El Paso. Disponível em: <[https://academics.utep.edu/portals/4302/barry%20peterson%20\(capstone\).pdf](https://academics.utep.edu/portals/4302/barry%20peterson%20(capstone).pdf)>. Acesso em: 18 out. 2017.

SUR CONECTAS. Infográficos: Armas & Direitos Humanos, SUR 22, 2015. Disponível em: <<http://sur.conectas.org/infograficos-armas-e-direitos-humanos/>>. Acesso em: 3/11/2017.

SMALL ARMS SURVEY. Crime, Conflict, Corruption: Global Illicit Small Arms Transfers. In Small Arms Survey 2001: Profiling the Problem. Oxford: Oxford University Press, 2001.

SMALL ARMS SURVEY. Fuelling the Flames: Brokers and Transport Agents in the Illicit Arms Trade. In Small Arms Survey 2001: Profiling the Problem. Oxford: Oxford University Press, 2001.

SMALL ARMS SURVEY. Signs of Supply: Weapons Tracing in Sudan and South Sudan. In Small Arms Survey 2014: Women and guns. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.

SCHUMANN, Peter. International actors in sudan: the politics of implementing comprehensive peace. Sudan – no easy ways ahead, Berlim, v. 18, p. 102-116, nov. 2010.

RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder. São Paulo: Editora Ática, 1993.

SAQUET, Marcos Aurelio. Abordagens e concepções de território. 3 ed. São Paulo: Outras expressões, 2013.

STATISTA. Gross domestic product (gdp) ranking by country 2017 (in billion u.s. dollars)<https://www.statista.com/statistics/268173/countries-with-the-largest-gross-domestic-product-gdp/> Acesso em: 22 set. 2018.

STATISTA. Us arms exports 2017, by country (in tiv expressed in million constant 1990 u.s. dollars)<https://www.statista.com/statistics/248552/us-arms-exports-by-country/> Acesso em: 22 set. 2018.

STEVENS, Richard P.. The 1972 addis ababa agreement and the sudan's afro-arab policy. *The journal of modern african studies*, Cidade, v. 14, n. 2, p. 247-274, jun. 1976. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/160059>>. Acesso em: 16 jul. 2017.

STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE. Sipri military expenditure database. Disponível em: <<https://www.sipri.org/databases/milex>>. Acesso em: 14 out. 2017.

TAYLOR, John B. Princípios de microeconomia. 1 ed. São Paulo: Ática, 2007.

UNODC — United Nations Office on Drugs and Crime (2010b), The Globalization of Crime. A Transnational Organized Crime Threat Assessment, Nova York, UNODC, 2010.

UN STATISTICS DIVISION. Geographic regions. Disponível em: <<https://unstats.un.org/unsd/methodology/m49/>>. Acesso em: 26 ago. 2018.

VIVA COMUNIDADE. Seguindo a Rota das Armas: Desvio, Comércio e Tráfico Ilícitos de Armamento Pequeno e Leve no Brasil. Projeto: Mapeamento do Comércio e Tráfico Ilegal de Armas no Brasil. Rio de Janeiro: 2010.

WEBER, Max. Ensaios de sociologia. A política como vocação. 5 ed. Rio de Janeiro: LTC — Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 1982. 97-153 p.

WOOD, Brian. ABDUL-RAHIM, Rasha. Nascimento e coração do Tratado Sobre o Comércio de Armas. SUR: Revista Internacional de Direitos Humanos, São Paulo, v. 12, n. 22, p. 15-30, dez. 2015. Disponível em: < <http://sur.conectas.org/nascimento-e-coracao-tratado-sobre-o-comercio-de-armas/>>. Acesso em: 16 set. 2017.